



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ata n.º 9/2025

Continuação da Sessão Ordinária de 29 de ABRIL - 30 de ABRIL 2025

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, na Sala da Assembleia Municipal - Edifício Eng.º Duarte Pacheco, deu-se início à Continuação da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos: -----

----- **Lista de Presenças:** -----

20 Deputados Municipais do PS - Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Fernando Pereira Marques (1º Secretário), Elisabeta Ecaterina Necker (2ª Secretária), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Carlos Manuel Pontes Costa, Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Manuel Vitorino Correia Inácio (em substituição de Pedro de Moraes Lobo Martins Julião), Abel Filipe dos Santos Matinhos, José Miguel Almeida Monteiro, Maria João Carapeto Tavares, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, João Pedro Medeira Cabrita, Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, José João Magalhães David, Fábio Miguel Cortes Nobre, José Guerreiro Romão (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente), Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião); -----

7 Deputados Municipais do PSD - João Carlos Dias dos Santos, Bárbara Maria do Amaral Correia, Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues, Miguel Baguinho Coelho (em substituição de Cláudia Isabel Martins Mendes), Victor Matos Coelho (em substituição de Hélder Faísca Guerreiro), Francisco André Pereira Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Fábio Coelho Guia (em substituição da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim); -----

2 Deputadas Municipais do Partido CHEGA - Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro, Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro; -----

1 Deputado Municipal do BE - Carlos José da Silva Martins; -----

1 Deputada Municipal do CDS - Isilda Maria Mendes Guerreiro (em substituição de António José Mendes Pinto Farrajota); -----

1 Deputada Municipal da CDU - Carla Sofia Osório Gomes; -----

1 Deputada Municipal do PAN - Ana Luísa Poeta Simões; -----

Também estiveram presentes, o Presidente da Câmara, Vítor Aleixo, o Vice-Presidente, David Pimentel, e os Vereadores, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, Maria João Fonseca (em substituição de João Paulo Sousa) e Fernando Santos. -----
Não estiveram presentes os Vereadores, Ana Machado, Abílio Sousa e Rui Cristina. -

Não estiveram presentes, nem se fizeram representar, os Deputados, José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial) e António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte). -----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **Ordem de Trabalhos:** -----

3- Período da Ordem do Dia;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

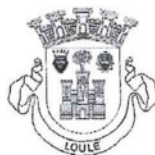
- a) - Proposta da Mesa da Assembleia Municipal n.º 5-2025 [AML] - Regimento/Regulamento/Normas de funcionamento da Assembleia Municipal Jovem, após parecer favorável unânime da Conferência de Representantes;
- b) - Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
- d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 637-2025 [DAF] - Alteração ao Quadro Plurianual Municipal /2.ª Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 2.ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 2ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 2ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais; nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na redação atual; para deliberação;
- e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 638-2025 [DAF] - Assunção dos Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais, conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação atual; para deliberação;
- f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 640-2025 [DAF] - Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Loulé; para deliberação; para deliberação;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

- g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 267-2025 [DAF] - Aprovar o recrutamento para o Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau, Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas e deliberar aprovar a composição do Júri do procedimento concursal; para deliberação;
- h) - Proposta da Câmara Municipal n.º 294-2025 [DSP] - PAPERSU aprovado pela APA - O Plano de Ação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 (PAPERSU 2030); para deliberação;
- i) - Proposta da Câmara Municipal n.º 435-2025 [DMADS] - Proposta de Aprovação do Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança; para deliberação;
- j) - Proposta da Câmara Municipal n.º 527-2025 [DCMP] - Proposta de integração do Museu Municipal de Loulé na Rede de Museus ODS; para deliberação;
- k) - Proposta da Câmara Municipal n.º 497-2025 [GAP] - Assinatura de Memorando de Entendimento, entre o município de Loulé e o município de Safi, Marrocos; para conhecimento;
- l) - Proposta da Câmara Municipal n.º 517-2025 [DP] - Levantamento da Suspensão de Normas relativas às áreas urbanizáveis ou de urbanização programada, como tal classificadas no Plano de Urbanização de Quarteira Norte/Nordeste (PUQNNE); para conhecimento;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

m) - Proposta da Câmara Municipal n.º 583-2025 [GAP] - Certificação de Loulé como “Green Destination” pela Global Tourism Sustainable Council (GSTC) ao Município de Loulé; para conhecimento;

n) - Proposta da Câmara Municipal n.º 616-2025 [GAP] - Relatório de Avaliação do Grau de Observância do respeito e garantias previsto no Estatuto do Direito de Oposição (Lei n.º 24/98 de 26 de maio), respeitante ao ano de 2024; para conhecimento;

o) - Proposta da Câmara Municipal n.º 687-2025 [GAF] - 6ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Boliqueime - no valor de 598 481,10€ (quinhentos e noventa e oito mil, quatrocentos e oitenta e um euros e dez cêntimos); para deliberação;

p) - Proposta da Câmara Municipal n.º 688-2025 [GAF] - 6ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Salir - no valor de 544 257,64€ (quinhentos e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e sete euros e sessenta e quatro cêntimos); para deliberação;

q) - Proposta da Câmara Municipal n.º 702-2025 [GAF] - 11ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Quarteira - no valor de 393 027,13€ (trezentos e noventa e três mil, e vinte sete euros e treze cêntimos); para deliberação;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Foram iniciados os trabalhos. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Boa noite a todas e a todos. Caros Deputados, excelentíssimo Presidente, Vítor Aleixo e Executivo, cidadãos aqui presentes e que nos acompanham nas redes sociais, Gabinete de Apoio, Língua Gestual e Audiovisuais, minhas senhoras e meus senhores, a todos muito boa noite. Vamos dar início à continuação da Sessão Ordinária de Abril. Antes de entrarmos no primeiro ponto da Ordem de Trabalhos e porque toda a Sessão de ontem teve particularidades, vou dar a palavra ao senhor Presidente Vítor Aleixo para comunicar uma situação referente à proposta que aprovamos ontem. Tem a palavra senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente, pela oportunidade. Boa noite a todos e a todas, senhores Deputados, excelentíssimo público. -----

Eu, muito rapidamente quero agradecer a deliberação que ontem aqui tomamos que possibilitou a entrega hoje dentro do tempo no prazo limite, mas umas horas antes, da candidatura para os equipamentos que pretendemos ter localizados aqui em Loulé. Isso é muito importante, porque eu estou verdadeiramente confiante em que, sendo uma candidatura da ULS em parceria com a Câmara Municipal de Loulé e que tem um valor envolvido de cerca de 17 milhões de euros para dotar toda a região, não é só a questão da PET, da localização da ressonância e da procriação medicamente assistida aqui em Loulé, é muito mais que isso, são vários equipamentos de ponta que vão equipar Centros de Saúde e Hospitais na região e é algo muito importante. Acredito que no próximo ano, acredito mesmo, porque nós preparamos esta candidatura em 30 dias, em tempo recorde, verdadeiramente a dedicação, o esforço, a capacidade de trabalho de reunir vontades do Dr. Nuno Marques, que possibilitou este feito porque em tão pouco tempo organizar uma candidatura com estas características é algo notável. -----

Depois, queria registar um segundo aspeto de tudo isto muito importante, é que a Câmara Municipal de Loulé tem tido com a ULS Algarve, uma relação de trabalho perfeita, o que nos une é o interesse mútuo de servir a região para que os cuidados de saúde prestados na região possam ser os melhores possíveis e, neste caso concreto, na vertente da oncologia e do acompanhamento e tratamento dos doentes oncológicos, desde a prevenção até ao diagnóstico, a prevenção, o diagnóstico e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

acompanhamento no estado de doença até ao domicílio, até tem essa vertente, ao domicílio, portanto, tudo está considerado e a relação de trabalho entre a ULS e a Câmara Municipal de Loulé não tenho adjetivos melhores para qualificar, a não ser dizer que tem sido excelente. Isto demonstra uma coisa, é que os partidos políticos neste caso a nova ULS, cuja responsabilidade e tutela política é o novo Governo do PSD, não impediu em nada, em momento nenhum, a colaboração com a Câmara Municipal de Loulé que tem uma conotação política que é um Governo Local Socialista. Só isto pode recuperar o prestígio das instituições junto das pessoas, são estes exemplos que fazem as pessoas acreditar na política e nos políticos e, portanto, eu queria aproveitar este momento para agradecer-vos e dizer-vos que quando há questões que são realmente importantes as lógicas partidárias devem passar para segundo plano e nós devemos focar-nos no serviço às pessoas. É para isso que todos os partidos políticos devem trabalhar e trabalham, este é um bom exemplo. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. E recebida esta boa informação de que a candidatura foi entregue a tempo, para aqueles que, entretanto, não estavam quando se iniciou a sessão, vamos iniciar então a continuação da nossa Sessão Ordinária. Por imperativo legal todas as Sessões Ordinárias têm que incluir a Apreciação escrita do respetivo Presidente da Câmara. Por norma este assunto costuma ser a primeira alínea do assunto das Sessões Ordinárias, excecionalmente e de forma simbólica atribuímos à alínea a) - Proposta da Mesa da Assembleia número 5/2025 - Regimento / Regulamento/ Normas de Funcionamento da Assembleia Municipal Jovem, após parecer favorável unânime da Conferência de Representantes. -----

No entanto, e como se viu ontem, porque a saúde é transversal a todos nós, jovens e menos jovens, acabamos por dar prioridade às alíneas urgentes, nomeadamente a referente ao Centro Oncológico, mas passemos então à alínea a) do Período de Ordem do Dia, Proposta da Mesa da Assembleia relativa ao Regimento / Regulamento/ Normas de Funcionamento da Assembleia Municipal Jovem. -----

3- Período da Ordem do Dia; -----

a) - **Proposta da Mesa da Assembleia Municipal n.º 5-2025 [AML] - Regimento/Regulamento/Normas de funcionamento da Assembleia Municipal**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Jovem, após parecer favorável unanime da Conferência de Representantes; ----

O **Presidente da AML** disse: A presente proposta foi distribuída, foi objeto de uma redação participada e é o culminar de quase dois anos de trabalho. Foi amplamente discutida, teve o parecer favorável da Conferência de Representantes de forma unânime, como já vos foi dito, e por isso estão abertas as inscrições para os senhores deputados e deputadas que pretendam fazer uso da palavra. Tem a palavra senhor Deputado Carlos Martins, do BE. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Boa noite a todos. Em seu nome, senhor Presidente da Assembleia, cumprimento todos os presentes e aqueles que nos acompanham em casa. -----

Desta vez tive a oportunidade de assistir à Assembleia Municipal Jovem, do lado do público, no entanto o Bloco de Esquerda considera que a segunda Assembleia Municipal dos Jovens foi um sucesso, pela organização do evento e dos trabalhos, da escolha do tema, pela participação dos jovens, na sua maioria feminina, pela qualidade das propostas apresentadas e da facilidade de comunicação dos líderes das bancadas em defesa das suas ideias. -----

O Executivo comprometeu-se em dar cumprimento às suas sugestões. Para dizer a verdade, há muito tempo que não via a casa da democracia cheia de jovens interessados em participar na causa pública, abril convoca os jovens para uma Assembleia Municipal de Jovem com vista ao debate das ideias e apresentação de novas propostas de interesse do município e dos cidadãos. Obrigado senhor Presidente. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Mais algum dos senhores Deputados, pretende usar da palavra? Senhora Deputada Bárbara Correia, do PSD, tem a palavra. -----

A Deputada **Bárbara Correia (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. -----

Eu só queria parabenizar o Executivo e a Assembleia Municipal por estarem a ter este tipo de iniciativa, de organizar as Assembleias Municipais Jovens. Eu própria tive a minha primeira experiência nesta casa quando estava no 12.º ano, no Jogo da Democracia em que o tema era as alterações climáticas e eu fui uma acérrima



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

defensora da Almargem e foi aí que o gostinho pela política começou e, portanto, espero que como eu tantos outros desses jovens que estiveram nessa Assembleia também estejam eles daqui a uns anos a ter este mesmo testemunho e, portanto, queria partilhar convosco. Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhora Deputada. Tem a palavra o senhor Deputado Analídio Ponte, do PS. -----

O Deputado **Analídio Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião)** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento a Mesa, o Executivo e todos os Deputados aqui presentes e o público lá em casa. Também tive o grato prazer de estar aqui presente nessa Assembleia, efetivamente acho que nós adultos, tínhamos muito que aprender com os jovens pela forma serena, cuidada, estudada, os temas que apresentaram e a forma como trocaram as suas ideias apesar de votarem por unanimidade, mas, isso é um proforma, não deixou de haver debates de ideias, perguntas, respostas e fica só aqui o meu repto que aprendamos com eles e que as portas se abram cada vez mais aos jovens. Obrigado senhor Presidente. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado, obrigado nós. Continuam abertas as inscrições, senhora Deputada Maria Esteves, do PS, tem a palavra. -----

A Deputada **Maria Esteves (PS)** tomou a palavra e disse: Boa noite senhor Presidente, na sua excelência, cumprimento todos os presentes e quem nos possa estar a assistir. -----

Pois, dizer o quê, depois de uma sessão absolutamente extraordinária, até um pouquinho comovente e parafraseando o senhor Presidente, de facto é um bom exemplo de que nada para os jovens, sem os jovens, falamos muito na juventude, mas temos muita dificuldade em os ouvir, ou melhor em os escutar e compreender. Deram-nos uma lição de cidadania e deram-nos uma outra lição, esta conversa de que os jovens não querem saber, de que têm muita informação, mas que não a sabem tratar ficou ali bem claro de que isso não corresponde à verdade, vivam os jovens deste concelho, vivam os jovens do meu país! E muitos parabéns senhor Presidente e na sua pessoa à Mesa pela iniciativa e que ela se repita. E já agora aproveito, foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

um gosto ouvir as palavras da senhora Deputada Bárbara Correia e esperemos que, sim, mais jovens venham para estes fóruns e venham mais jovens mulheres. Muito obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhora Deputada. Tem a palavra a senhora Deputada Isilda Guerreiro, do CDS. -----

A Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Cumprimento em si os presentes e quem nos assiste lá em casa. -----
Basicamente o que eu gostaria de dizer, é de facto um agradecimento ao senhor Presidente, pela forma como tem vindo a conduzir esta Assembleia e as iniciativas que por aqui se vão surgindo nesta casa, seja nas mais variadas Assembleias Temáticas que é sempre muito útil para nós nos inteirarmos dos temas, mas também por esta iniciativa com os jovens, exatamente pela mesma razão que aqui foi dita, é difícil envolver os jovens pelo descrédito que vemos nos dias de hoje em termos políticos, é difícil envolver os jovens quando eles não entendem que há uma causa que nos traz aqui a esta casa mais do que uma cor política, muitas das vezes vimos aqui defender aquilo em que acreditamos, em que nos revemos e perdemos do nosso tempo para nos envolvermos e para mim que sou mãe de um jovem adulto, fiquei de coração cheio ver a sala cheia. Gostava mesmo que isto voltasse a acontecer, porque é muito importante trazermos e envolver os jovens na sociedade porque eles são o nosso futuro, por isso, mais uma vez parabéns senhor Presidente e a quem colaborou consigo nestas iniciativas, bem-haja.-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhora Deputada. Tem a palavra a senhora Deputada Sandra Castro, do CHEGA. -----

A Deputada **Sandra Castro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os que estão aqui presentes e quem nos assiste em casa. -----

Eu queria também deixar uma palavra de parabéns pela iniciativa, que é de facto muito importante que envolvamos os jovens que são o futuro do nosso país, do mundo, e que temos que estar ao lado deles. -----

Quero também deixar um apreço pela chamada de atenção que eu deixei que o senhor Presidente teve em conta, que no início a Assembleia abrangia só o ensino



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

público e eu achei que era também importante envolver o ensino privado porque todos os jovens são importantes, todos os jovens têm uma voz, todos os jovens devem estar envolvidos o mais possível e é por eles que nós também aqui estamos, pelos nossos filhos, alguns pelos netos, e quero também deixar esse agradecimento que teve em conta e é preciso continuar o trabalho e que eles estejam cada vez mais presentes e que contribuam cada vez mais para um futuro melhor para todos nós. Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhora Deputada. Senhora Deputada Carla Gomes, da CDU, tem a palavra. -----

A Deputada **Carla Gomes (CDU)** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente e na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e os que nos assistem em casa. -----

Realmente parabenizar a proposta da Mesa na apresentação deste Regimento, tivemos no dia 23 a segunda Sessão da Assembleia Municipal Jovem, vimos o quão os jovens estão envolvidos e querem participar e realmente é para continuar, temos que ouvir a juventude porque realmente a juventude é o nosso futuro e apresentar os parabéns por esta iniciativa.-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhora Deputada. Tem a palavra a senhora Deputada Ana Poeta, do PAN. -----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: Boa noite senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes e a quem nos assiste em casa através das redes sociais. -----

Eu queria dizer só uma coisa que eu já tinha dito na Assembleia, tive a oportunidade de dizer na Assembleia Jovem, que é que sem a participação não há democracia e referir o facto que alguns colegas já falaram, mas gostei de ver porque foi uma Sessão que desta vez tinha muito mais meninas, isso ali para a colega de bancada pode ser já um auspício de que vamos ter um futuro mais brilhante.-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhora Deputada. -----
Esta foi, como já foi referida a segunda edição, qualquer uma delas foi um sucesso pela participação dos jovens, pelas suas ideias e pela maneira como participam e se envolvem na coisa pública porque é disso que estamos a falar, foi aqui dito e muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

bem, mas eu só queria completar os jovens não são o futuro, os jovens são já o presente e isso é uma coisa que todos nós temos que ir incorporando cada vez mais. E lembrar-vos tal como já foi anunciado na sessão do 25 de abril, no dia 28 de maio iremos ter aqui uma nova Assembleia Municipal Jovem, desta vez com os alunos do 3.º Ciclo a fazerem a discussão, a preparação das propostas, a sua apresentação e na discussão participarem também alunos do 1.º e do 2.º Ciclo. -----

Posso-vos dizer, que sei que há Assembleias que já têm a Assembleia Municipal Infantil que estão a trabalhar já com crianças do pré-escolar, a participarem nesta mesma dinâmica, lá chegaremos, penso eu. -----

Neste caso, estaríamos em condições de pôr à votação a alínea a) - Proposta Relativa ao Regimento, Regulamento de Normas de Funcionamento. O título é exatamente este e grande para que se perceba que é uma coisa abrangente que pretende ser ao fim e ao cabo o conjunto das regras para a futura execução das Assembleias Municipais Jovens. É nossa intenção deixarmos a recomendação a quem nos vier substituir nas próximas eleições de que a Assembleia Municipal Jovem, seja incluída no Regulamento da Assembleia Municipal com articulado próprio remeter para este ou para outro Regimento, Regulamento, Normas de Funcionamento aquilo que depois decidirem chamar. -----

Passou-se à votação; -----

a) - Proposta da Mesa da Assembleia Municipal n.º 5-2025 [AML] - Regimento/Regulamento/Normas de funcionamento da Assembleia Municipal Jovem, após parecer favorável unânime da Conferência de Representantes; ----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

b) - Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** disse: Para a apresentação desta alínea, tem a palavra o senhor Presidente da Câmara. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Tal como em vezes anteriores coloco-me à disposição dos senhores deputados para responder a qualquer pergunta que o relatório tenha suscitado em vossas excelências.-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Presidente. Tem a palavra a senhora Deputada Ana Poeta, do PAN. -----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. -----

Vou ser rápida, são sete tópicos, mas, nem todos são questões. -----

-Primeira questão, a Câmara Municipal de Loulé aprovou a atribuição do topónimo Avenida Mário Soares ao último troço da Circular de Loulé, eu gostava que me recordassem, por favor, quantos troços é que tem a Circular e qual o nome de cada um deles, se faz favor. -----

O segundo, no capítulo das obras é referida a requalificação da rotunda de Querença-Ameixial, que por acaso está muito bonita, mas ficamos com uma dúvida porque é que as rotundas da nova Avenida Ecológica que tem zonas de verdes nas laterais tem umas rotundas nuas e em pedra? Porque é que não se aproveitou para regenerar logo o coberto vegetal até mesmo por exemplo com a transplantação de algumas das árvores que tinham sido retiradas aquando da obra? Na rubrica dos investimentos referem que a sinalização de trânsito tem uma verba alocada de 46.000,00€, na sequência da falha de energia de segunda-feira eu gostaria de saber qual a possibilidade que os sistemas de semaforização fossem substituídos gradualmente obviamente por energia solar e se me permitem só uma sugestão, na apresentação dos equipamentos, por exemplo, acessibilidades, saneamento básico facilitaria o trabalho dos senhores deputados e possivelmente também dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia se fossem apresentados por freguesia. -----

A terceira questão, no que concerne à toponímia, esta bancada gostaria de saber por quantas vezes por ano é que reúnem e qual é que é o critério para a atribuição do nome das ruas. Cito que o presente Relatório diz que é um importante contributo para a preservação do património e identidade cultural e da memória das figuras e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

conhecimentos que marcaram o concelho de Loulé. Relembro que em 2024 aquando do discurso do 25 de Abril esta bancada sugeriu vários nomes de louletanas e até à data não existiu nenhum avanço, portanto, nós gostaríamos de saber qual é que é o critério para dar nomes às avenidas. -----

Em quarto, dar os parabéns aos prémios obtidos pelo festival MED, mas deixava uma sugestão porque o próximo está à porta, que é a abertura do novo ponto de venda de bilhetes para agilizar as filas. -----

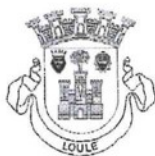
Em quinto, sobre a Reserva Natural da Foz do Almargem, Trafal, cito foi de resto a primeira no território a ser aprovado um Plano Municipal de Ação Climática, mas também de revelar a aposta da criação de áreas protegidas que promovem a biodiversidade como é o caso da recente Reserva Natural da Foz do Almargem e Trafal. Faltou referir que iria aqui nascer um mega atentado ambiental chamado parque de estacionamento. -----

Depois a sexta questão, no que concerne o Pavilhão de Almancil não refere qual é que é a lista das atividades realizadas, eu gostava de saber quantos bailes é que existiram e quantos eventos desportivos. -----

Por último, não é uma questão, mas na pessoa do senhor Presidente da Câmara Municipal, eu gostava de dedicar um momento para expressar o meu sincero agradecimento ao senhor Veterinário Municipal, Dr. Pina, e a todas e todos os colaboradores do Canil Municipal, pela reativação da página com os animais para adoção que se encontram no Canil. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigada senhora Deputada. Tem a palavra senhor Presidente, para responder às questões colocadas. -----

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. -----
Porquê a Avenida Mário Soares e porque é que esta tem este nome? Se der uma volta da rotunda do Barrocal até à rotunda Zéfiros há de ver que aquele troço é o único que tem características urbanas, portanto, tem passeio, tem ciclovia, tem arborização muito expressiva, tem iluminação pública bem presente e aquele troço é uma avenida diferente de todos os outros, é por isso que nós vamos evoluindo, as coisas vão mudando e pareceu-nos bem, embora todos os outros troços antigos e que foram feitos ao longo de 30 anos. Já agora seria interessante, mas não é aqui o local neste momento para contar a história desta Circular, porque haveríamos de ver em que períodos é que de facto houve iniciativa para levar por diante uma obra viária tão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

importante para a circulação da própria cidade e o funcionamento da cidade, mas não tem nome porque nunca tiveram, na altura eram apenas um troço de circular e não tinham as características que esta tem. Tendo estas características que esta tem pareceu-nos bem dar o nome não curando de saber se as outras no passado têm nome ou não tinham nome, não nos fazia sentido, a do Cilindro até ao Continente, aquela que quando eu fui Vereador terminei, porque eu lembro-me bem, sim, estou a ver qual é o troço, não é uma Avenida e senhora deputada não tem essas características, é uma coisa que foi feita como estrutura viária de circulação para contornar a cidade que nós com os anos, primeiro que foram colocadas umas baias metálicas para dar proteção às pessoas que naturalmente se apropriaram do espaço e ao longo dos anos começaram a caminhar ali. -----

Agora muito recentemente, fruto de uma repavimentação, pensamos que devíamos desenhar no chão que é uma obra que ainda não está terminado, um corredor para ciclovia, mas se comparar ainda assim e vamos imaginar que ela já está concluída, esta que refere com aquela que acabamos de inaugurar haverá sempre uma enorme diferença, sempre. -----

Portanto, pareceu-nos bem àquele troço até porque não tínhamos homenageado e já comemoramos os 50 anos do 25 de Abril dar um nome de um expoente fundador da democracia, como eu aqui disse aqui ontem, já todos conhecem a minha justificação, é uma razão quanto a mim perfeitamente compreensível embora admita que possa não ser inteiramente da sua concordância, admito isso. -----

Requalificação, as rotundas que estão no meio, bom a empreitada não previa o arranjo das rotundas, portanto, como não previa não estão arranjadas, mas com certeza que os tempos que aí virão de certeza que há de haver decisão política no sentido de alindar as rotundas com ornamentos vegetais ou eventualmente até outros, não sei, mas isso vai depender da decisão por quem a tiver que tomar na altura própria e com legitimidade própria. -----

Semáforos a energia solar, nunca se colocou a questão, mas nós estamos sempre abertos a sugestões, tomamos nota e pode-se equacionar isso, embora, devo dizer que não sei como será porque este Executivo está há 5 meses do termo do seu exercício, entre ponderação e decisão não sei o que é que pode acontecer, mas fica no ar a ideia, fez bem em levantar a questão. -----

É verdade que quando foi o apagão foi uma imensa perturbação de norte a sul do país e imagino que em toda a parte o trânsito desorientado porque perdeu essa faculdade, mas como isso tem a ver com sistemas de controlo do sistema semafórico



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

normalmente não sei se resolveria o problema, uns semáforos específicos com painéis fotovoltaicos para alimentar ali, não sei uma vez que o apagão foi geral, não sei se ainda que tivessem lá se funcionaria, tenho dúvidas até.-----

Bom, não posso concordar consigo, discordo frontalmente ao dizer que é um mega atentado ambiental aquele parque de estacionamento, repare, no dia-a-dia as pessoas que frequentam aquela praia vão para ali de automóvel, estacionam os carros onde encontram um lugarzinho, provavelmente no dia-a-dia o que temos lá e no verão são mais de 300 automóveis naquela área toda e que se espalham por ali sem qualquer ordem, sem qualquer regra, sem nada, aproveitamos uma clareira que já lá estava com um derrube mínimo de árvores e vamos sem pavimentar aproveitar a clareira para ordenar o trânsito, o acesso e a saída daquele espaço para que haja disciplina e ordenamento do trânsito, eu acho que é um bem, sinceramente não é nenhum atentado ambiental, pelo contrário, é uma boa decisão para ordenar a fruição daquele espaço sensível que nós queremos preservar e foi por isso que tomamos a decisão de criar uma Reserva Natural Local. Eu acho que é um bem e considero excessiva a expressão mega atentado ambiental, acho que é um exagero. -----

Não sei quantos bailes e eventos desportivos, tem havido muitos, ainda anteontem lá estive, não contabilizamos, o que lhe posso dizer é que é um sucesso aquele equipamento, é uma satisfação ver tanta gente a frequentar aquele Pavilhão Multiusos de Almancil, abriu a possibilidade aos jovens de Almancil, todos os jovens até aqueles de famílias mais disfuncionais que precisam desta oferta desportiva para estruturarem o seu crescimento saudável da sua personalidade. Nós estamos felicíssimos e a população de Almancil está felicíssima por aquele equipamento estar neste momento pleno de atividade, anteontem lá passei, estava o ginásio cheio de gente e tiveram aliás que suspender as inscrições, mas podemos trazer porque não custa nada. -----

O senhor Vereador com o Pelouro do Desporto, pode fazer o inventário quantos bailes e quantos eventos desportivos e não deve ter que ver nada uma coisa com a outra, que é um Pavilhão Multiusos e é desportivo em primeiro lugar. -----

Por último e para terminar, ainda bem que regista que o Canil que tem sido motivo de notícias por coisas nada agradáveis e quando há notícias que não nos agradam procuramos corrigir, bom, mas reparou e bem porque é preciso também ver o que é negativo e criticar e falar nisso, mas também quando há coisas positivas e quando foi reposto o ficheiro com o bilhete de identidade dos animais que passam por ali ou que lá estão ou a causa que os levou lá. É bom, fico também satisfeito e transmitirei aos serviços que na Assembleia Municipal, a senhora representante do PAN,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

publicamente elogiou o facto desse serviço ficar disponível. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Presidente. Tem a palavra a senhora Vereadora Marilyn Zacarias, para responder às questões que não foram respondidas. -----

A **Vereadora Marilyn Zacarias** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes e os que nos assistem em casa. ---- Vou responder relativamente à Comissão de Toponímia, o Regulamento da Toponímia, encontra-se disponível na página da Câmara Municipal de Loulé, no artigo 6.º no n.º 1 do Regulamento, encontra-se previsto a indicação de quantas reuniões normalmente ocorrem ou devem ocorrer da Comissão de Toponímia, são quatro por ano. No ano passado não conseguimos fazer as quatro não foi possível em termos de serviço, não conseguimos a disponibilidade de fazer as quatro, mas fez-se o trabalho da toponímia igual, portanto, nós temos uma comissão constituída e vamos reunindo, vamos fazendo este trabalho, tivemos aqui a impossibilidade o ano passado foi mesmo de agenda conciliar a agenda com as nossas trabalhadoras, tivemos uma trabalhadora que ficou de baixa, mas o serviço realizou-se. -----

A situação da atribuição do nome, nós recebemos os contributos das Juntas de Freguesia, normalmente também temos um parceiro externo que nos faz também o estudo da toponímia, por norma vem com a Junta de Freguesia, fazem-nos essas propostas, nós analisamos, estão aqui os Presidentes de Juntas fazem parte desta Comissão de Toponímia e analisamos em conjunto os nomes atribuídos, trazem um histórico do nome e é discutido e é analisado. Propostas de nomes de mulheres, por acaso tenho uma agora que até foi aqui apresentada também já internamente, podem fazer sim e nós até agradecemos, não há aqui a situação de ser uma mulher, ser um homem, é mesmo termos propostas e nós vamos acolhendo as propostas e serão analisadas na nossa Comissão de Toponímia. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigada senhora Vereadora. -----
Senhores deputados, eu estava a ouvir e ouvi as perguntas da senhora deputada e ouvi os esclarecimentos do senhor Presidente e da senhora Vereadora, nós não estamos no ponto de Assuntos de Interesse do Município, esta alínea chama-se Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara. O senhor Presidente da Câmara é obrigado a prestar a esta Assembleia uma informação escrita a cada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

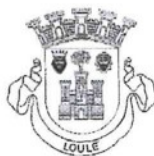
Assembleia Ordinária, aquilo que se pretende do meu ponto de vista relativamente a esta Informação Escrita, é uma apreciação política sobre o balanço que é feito desse trimestre, nós não podemos estar aqui a esclarecer dúvidas e assuntos relativamente a uma informação que nem sequer é para votar. -----

Aquilo que se pretende, do meu ponto de vista dos senhores deputados é que expressem politicamente a vossa opinião sobre o balanço que foi apresentado pelo senhor Presidente e do seu trabalho e do trabalho do seu Executivo. O ponto de situação em que nós estamos, o Executivo neste momento dos seus 30 minutos já esgotou 10 minutos com uma simples pergunta, nós temos 14 alíneas, penso que não podemos permitir que esta Assembleia se vá repetir, como é evidente disse e cumpro, se for preciso voltar a repeti-la, a continuar esta Assembleia numa próxima sessão, assim o faremos, mas é a discutir aquilo que efetivamente está na Ordem do Dia. Portanto, o esclarecimento sobre a informação não é o que está aqui, é a apreciação, do meu ponto de vista as vossas intervenções não devem ser sobre esclarecimento de coisas que aqui estão, mas sobre a vossa apreciação política sobre o que foi feito ou que não foi feito, penso que isto é o que já se fez noutras assembleias e é o que se deve fazer. O período de discussão de assuntos de interesse no município, porque efetivamente tudo o que está nesta informação é de interesse no município e aí, sim, o Executivo deve ser confrontado com as perguntas que os senhores deputados fazem sobre aquilo que consideram ser interesses no Município. Eu estava na esperança de que nós pudéssemos dar duas voltas ao cronómetro do tempo que temos disponível, começamos diretamente nas alíneas, só o Período de Ordem do Dia normalmente são 2 horas, portanto, nós conseguiríamos dar a todos os grupos municipais e ao Executivo o dobro do tempo que normalmente se tem, mas volto a relembrar são 14 alíneas, nós também temos que fazer a gestão do dinheiro público destas Assembleias e o meu receio é que uma outra Assembleia para continuar esta não seja suficiente, se nós esgotarmos o tempo todo na apreciação da informação escrita do senhor Presidente, deixo isso à vossa consideração e farão o tipo de perguntas que entenderem. -----

Senhora Deputada Carla Gomes, da CDU, tem a palavra. -----

A Deputada **Carla Gomes (CDU)** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. -----

Ontem falou-se nesta Assembleia dos imigrantes, no entanto, neste Relatório de 228 páginas, verificamos que apenas em Alte e Boliqueime estão a ser desenvolvidas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

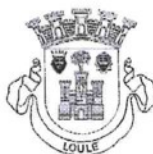
Mandato 2021-2025

ações de promoção da integração destes imigrantes com a realização de cursos de português, que claramente são essenciais para a inclusão destes imigrantes na sociedade e na nossa comunidade. A questão que coloco é, quais as condições para o acesso a estes cursos? Imigrantes já com o cartão de residência ou é de acesso a todos os imigrantes que sofrem com a incompetência do Governo? Porque convém aquilo esclarecer o que chamam de imigrante ilegal, é aquele que chegou ao nosso país, foi aceite para trabalhar em setores que a maioria opta por não trabalhar tais como a construção, agricultura, restauração e serviços de limpeza, fez descontos para a Segurança Social e Finanças que ainda hoje depois de pagarem a nova estrutura de missão da AIMA, sim, cerca de 400€ por cada imigrante indiano, paquistanês, tibetano, bengali, argelino, marroquino, entre muitos mais, que em maio de 2024 foram obrigados a fazer o pagamento em 10 dias e que ainda hoje não lhes foi atribuído o título de residência. Estão cá há anos a contribuir para a economia do país, mas infelizmente ainda ouvimos a hipocrisia de alguns aos chamarem-lhes ilegais. E esclareça-se os menos esclarecidos, qualquer trabalhador que efetue descontos para a Segurança Social tem direito ao respetivo subsídio de situação de desemprego quando aplicável, não é para os imigrantes é para todos aqueles que têm direito. ----- Outra questão que coloco ao Executivo é, quando a promoção deste tipo de cursos em Loulé e em Quarteira onde se vê bastantes imigrantes a trabalhar e ainda tirando a estrutura da Missão da AIMA de Loulé que serve para a recolha da documentação dos imigrantes quando para lá encaminhados qual é o tipo de apoio dado aos imigrantes residentes no nosso concelho para a preparação destes processos visto que todos os processos têm uma grande dificuldade técnica e que nós portugueses às vezes temos dificuldade, imagine-se os imigrantes, por isso pergunto uma vez que não está no relatório e que me cabe a mim fazer esta pergunta e esclarecer a população e que deveria estar no Relatório qual é o apoio que o Gabinete da Câmara Municipal está a dar aos imigrantes na recolha de dados, na ajuda à recolha desta documentação e se existe algum protocolo com a conservatória para tornar estes processos mais céleres e eficazes. Obrigada. -----

O Presidente da AML disse: Obrigada, senhora Deputada. Senhor Deputado Miguel Coelho, do PSD, tem a palavra. -----

O Deputado Miguel Coelho (PSD) tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Em seu nome cumprimento todos os presentes e a quem nos assiste em

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

casa. -----

Após análise da Informação Escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé, relativa ao período de 28 de fevereiro a 17 de abril de 2025, cumpre-nos referir o seguinte, em primeiro lugar chamamos a atenção para o facto de não existir um sumário executivo que permita ao leitor identificar de forma clara e imediata os temas em causa que facilitasse a análise e a fiscalização por parte dos eleitos locais. Destacamos de forma positiva a iniciativa da Câmara Municipal em mobilizar o financiamento externo com a submissão de diversas candidaturas a Fundos Comunitários, nomeadamente ao Programa 2030 e ao PRR. Contudo, inexistente ao lado de uma linguagem tecnicamente exaustiva uma verdadeira avaliação crítica, nem uma demonstração objetiva do grau de execução das medidas. -----

O documento limita-se a enunciar intenções, atividades em curso e eventos realizados sem clarificar o impacto concreto destas ações, faltam dados que nos permitam saber quantos projetos estavam previstos e quantos foram efetivamente concluídos. A esta insuficiência junta-se a inadequação do tom utilizado em grande parte do relatório onde é frequente o recurso a expressões de auto-louvor como “Loulé dá mais um passo em frente”, “temos orgulho” ou “foi mais um sucesso”, esta opção estilística mais própria de folhetos promocionais não contribui para forçar a credibilidade do documento, antes fragiliza a seriedade que se exige numa prestação de contas a um órgão fiscalizador. -----

No que respeita à informação financeira apesar de a receita apresentar uma taxa de execução de 12.7% com crescimento face ao período homólogo, este desempenho resulta essencialmente da forte arrecadação do IMT, que demonstra uma preocupante dependência do mercado imobiliário, uma fonte de receita volátil e condicionada por fatores externos. Falta claramente uma estratégia clara de diversificação de receitas municipais. Do lado da despesa, a execução é preocupante uma vez que se situa nos 7%, mais grave é a falta de transparência por detrás destes 7% em que se apresenta sem qualquer indicação da área, do projeto ou programa, o que impede a oposição de avaliar o grau de concretização das prioridades políticas do Executivo. Continuamos sem saber qual o avanço efetivo em áreas cruciais como a habitação, plano do ordenamento do território, educação infantil, cultura, requalificação urbana ou ação social. A existência de um elevado nível de tesouraria na ordem dos 85.8 milhões de euros conjugado com uma fraca execução da despesa levanta sérias dúvidas quanto à capacidade de planeamento e concretização de investimentos por parte do Executivo. O saldo disponível, por si só, não é sinónimo de boa gestão se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

não for transformado em obras, infraestruturas e serviços ao dispor dos louletanos. Falta clarificação na estratégia para a utilização dos recursos disponíveis e para o equilíbrio financeiro a médio prazo. O relatório não apresenta taxas de cobertura, percentagens de execução, nem uma comparação entre metas definidas e resultados alcançados, também não se identificam constrangimentos ou dificuldades encontradas na concretização das ações. Esta falta de instrumentos de avaliação torna impossível uma leitura crítica e fundamentada sobre o que foi realmente realizado e o que permanece por fazer. -----

Pelos motivos referidos, não consideramos que esta informação cumpra o seu propósito de prestação de contas, é preciso coragem para assumir as limitações e os desafios que este concelho tem pela frente. -----

Sugerimos, embora com pouca esperança que o senhor Presidente até ao fim do seu mandato, que o próximo relatório venha acompanhado de um quadro de síntese com os investimentos realizados por área, o grau de execução face ao previsto e os indicadores do impacto social, económico e ambiental das medidas concretizadas, de forma a que a competência de fiscalização deste órgão municipal possa efetivamente ser concretizada.-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Martins, do BE. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. -----

Mais uma homenagem dedicada aos combatentes com mais uma rotunda na Circular de Loulé, já são três, duas rotundas e um monumento, para quando um monumento para homenagear o 25 de Abril em Loulé? -----

Desculpe voltar à habitação, mas este relatório traz aqui coisas preciosas que deviam ser analisadas pelos senhores deputados, pela oposição e não só, que realmente traduzem realidades e merecem a nossa reflexão. Se nós verificarmos na página 12, no gráfico relativo à evolução do Parque Habitacional de Loulé, constatamos que desde 1940 foram construídos em Loulé de iniciativa habitacional pública municipal 316 fogos. Antes do 25 de Abril foram construídas 50 moradias do Bairro Operário, neste momento são 48 porque duas foram demolidas e estão 18 em beneficiação. No período do pós 25 de Abril, com a vinda de muita gente das ex-colónias e com a abertura que houve, foi possível desenvolver os programas habitacionais, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

analisando melhor o gráfico verificamos que no período 1974-1997 foi aquele que coincidiu com maior produtividade da habitação pública e cooperativa. A partir desta data, de 1997, o Estado e as autarquias demitiram-se das suas funções segundo o que analisamos do gráfico considerou que o mercado e os bancos iriam resolver o problema e a crise habitacional evidente. De 1998 a 2024 construíram somente 100 fogos, 43 na última década, segundo fazendo fé e acredito que o mapa que está aqui na página 12 está correto. Queria também falar do concurso para o arrendamento apoiado, de 117 fogos para famílias carenciadas este programa é suportado 100% pelo PRR e que para terem noção concorreram 1133 candidatos, 400 em São Clemente, 257 em Quarteira, 122 em Almancil, 102 em São Sebastião e até 25 cidadãos ou famílias oriundas de outro concelho. -----

Mais uma vez, aquilo que afirmamos ontem, coincide exatamente com o que está aqui escrito nestes mapas, é que estas freguesias Quarteira e Almancil são das mais carenciadas e não há programas em curso, construídos. Sabemos que o processo de seleção é complexo, demorado, atendendo que os fogos a atribuir estarão brevemente concluídos para quando está previsto o sorteio de atribuição? Para termos outra coisa que devemos analisar é que 33% das candidaturas referem-se a elementos isolados, portanto, uma só pessoa 33%, 28% referem-se a agregados constituídas apenas por dois elementos e 21% com agregados constituídos por três e mais elementos, portanto, verificamos aqui que a maioria da população jovem até aos 40 anos, são aqueles que concorreram a este concurso. As necessidades de habitação continuam a ser muitas no concelho de Loulé e ainda há muito para fazer. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Deputado Márcio Fernandes, do PS. -----

O Deputado **Márcio Fernandes (PS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Cumprimento-o a si e em seu nome, todos os presentes e quem nos assiste lá em casa. -----

Estava aqui a verificar a informação fornecida pelo senhor Presidente e fico extremamente agradado com o trabalho tem sido desenvolvido pelo Partido Socialista durante estes mandatos. Estamos a terminar e há muita obra feita embora às vezes queiram ignorar todo o trabalho que tem sido feito, mas, há que destacar, estava a ver as páginas 56 e 57 deste documento e fico extremamente agradado quando vejo aqui mais de 50 obras e intervenções em equipamentos, acessibilidades ou saneamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

básico. Muito trabalho tem sido feito, importantes obras como destaco aqui a construção do ACES Central, o USF Lauroé, o CC Agentes de Loulé ou o edifício dos Serviços de Saúde de Loulé, a construção da Creche do Forte Novo, a ampliação da Escola EB 2,3 Engenheiro Duarte Pacheco e muitas outras intervenções que estão aqui neste documento, ao nível do abastecimento de água, que muito se tem falado aqui. Muito há para fazer ainda seguramente, nem sempre tudo está feito, mas muito trabalho tem sido feito e muito ainda haverá por fazer, mas destaco com muito agrado o trabalho que tem vindo a ser feito e com muita honra em pertencer a este clube municipal que apoia o Executivo. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Em seu nome cumprimentar todos os presentes e quem nos assiste em casa através do Youtube. -----

Primeiro agradecer as várias questões e procurar de uma forma sintética responder aos senhores deputados, neste caso o senhor Deputado Miguel Coelho. O relatório é feito com base nas atividades municipais do dia 28 de fevereiro ao dia 17 de abril, tirou aqui uma série de ilações sobre um período tão curto e que efetivamente o relatório obviamente ao longo do ano, vai representando cada vez mais as atividades do Município e, mesmo na última Sessão, tivemos uma prestação de contas com um relatório de atividades do ano inteiro e aí de facto faria mais sentido fazer um balanço daquilo que é a tipologia do relatório. A informação adicional que o relatório poderia ter, mas dar nota, em termos financeiros, os dados não são de 28 de fevereiro a 17 de abril são do primeiro trimestre e as receitas crescem 34.7% e as despesas 6.3%, mais uma vez temos aqui equilíbrio em relação àquilo que é a progressão das receitas em relação à progressão das despesas. -----

Referiu aí sobre o financiamento externo e acho que fez bem elencar sobre o trabalho que o Município e especialmente as suas equipas estão a fazer nas candidaturas aos fundos de PRR e PT 2030. Referiu aí sobre a estratégia de diversificação da receita, eu gostaria até de devolver a questão ao senhor deputado porque, por exemplo, ainda hoje virá aqui uma alteração ao regulamento de taxas e licenças municipais que é uma das formas efetivamente de responder à sua questão, mas gostava-lhe de retorquir dizendo já agora o que é que propõe que seja essa diversificação das receitas, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

as receitas adicionais é que o município deveria ter, designadamente, tem alguma alteração na política fiscal que queira sugerir porque isso de facto seria uma diversificação da receita do município. -----

Depois o senhor Deputado menciona a fraca execução da despesa e começa a falar sobre os investimentos e não estar aí elencado o grau de execução das empreitadas, o que lhe tenho a dizer senhor deputado é que os últimos dois anos são os dois anos de melhor investimento público do município de Loulé, há mais de uma década isso foi dissecado na Assembleia de ainda ontem com valores acima dos 39 milhões de euros de investimento e é de facto nesse momento que se faz um balanço entre as empreitadas que estão adstritas ao Plano Plurianual de Investimentos e aquilo que foi executado ou não foi executado e o relatório até elenca nas suas páginas por função da Câmara Municipal quais foram as obras com maior taxas de execução.-----

Passando aqui ao senhor Deputado Carlos Martins, até porque falou sobre a habitação e, sim, o relatório cita aquilo que é a habitação pública municipal e a sua evolução ao longo das últimas décadas, sim, é um facto, até à década de 90, a habitação pública do Município cresceu substancialmente e depois teve um hiato talvez perto de 30 anos em que pouco se produziu de habitação pública no Município, factualmente à data de 2019, Estratégia Local de Habitação, volto a dizer tivemos uma Assembleia Municipal Temática exclusivamente sobre onde estamos, para onde caminhamos, que projetos é que temos em carteira, que empreitadas é que temos em curso, onde é que são essas empreitadas, respondendo um pouco também sobre Quarteira e Almancil, mas em 2019 quando inicia a Estratégia Local de Habitação a Câmara Municipal tem 280 fogos. Ainda ontem o Presidente Vítor Aleixo, referiu isto, à data de 31 de dezembro de 2024 a Câmara Municipal na sua gestão cresceu 19%, mais 52 fogos de habitação e terminou o ano com 332. -----

No final do ano 2025 e essa informação também foi pública e ontem partilhada com esta Assembleia Municipal vamos ter um total de 474 habitações de gestão municipal, já não estamos a considerar a habitação do IHRU e esta informação foi partilhada também na Assembleia Municipal Temática, começou-se por falar daquilo que foi concretizado, dos projetos e das empreitadas que estão em curso e daqueles que são os projetos futuros e falou-se de valores. Quando o senhor menciona qual é a estratégia para Quarteira e qual é a estratégia para Almancil, ainda hoje vem uma alteração modificativa ao orçamento que determina empreitadas de obras precisamente relacionadas com a habitação em Quarteira e em Almancil. Mas estava na Assembleia Municipal Temática de janeiro em Almancil o Lote 85 que está



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

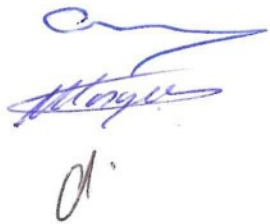
precisamente aqui nesta alteração modificativa para adaptar aquilo que é a afetação plurianual, seis fogos, em Quarteira, na Rua Vasco da Gama, com mais cinco fogos, a rua das Laranjeiras com mais de sete fogos e logo nessa altura foi dito que tínhamos adquirido um terreno que são os lotes 3 e 4 ao pé da Base de Apoio Logístico para mais 56 fogos em Quarteira e que está neste momento em projeto de execução. Essa informação foi pública e partilhada há pouquíssimo tempo. -----

Sobre as candidaturas, é um facto nós lançamos 117 habitações de renda apoiada para um concurso público, como todos saberão porque foi também partilhado nessa Assembleia Temática recebemos 1133 candidaturas, o senhor deputado teve a dissecar a tipologia dos candidatos, essa informação é preciosa porque a partir dessa informação temos que adaptar aquilo que são as soluções que necessitamos, já tínhamos entendido que era necessário mais soluções a nível nacional de T1 e de T2, mais do que para grandes agregados familiares porque essas são de facto as maiores carências e esta análise mais fina vem-nos dar essa informação, por isso é que efetivamente a Estratégia Local de Habitação tem muito mais soluções. Se forem analisar dentro dessas tipologias e é isso que estamos a fazer, 117 casas que vão ser entregues durante este verão resultantes desse concurso, mais 36 fogos que vão ser lançados em maio, isto também já foi dito, de renda acessível para classes sociais de rendimentos intermédios designadamente os jovens que acabou de mencionar, professores, importantíssimo também, e agentes das forças de segurança, esse concurso está prestes a ser lançado, posso partilhar com todos ainda hoje de manhã tivemos uma reunião com o senhor Presidente e ficou fechado para ser levado à próxima Reunião de Câmara o lançamento do edital desse concurso. -----

Sobre a habitação eu tenho muito gosto em continuar a falar, mas não queria esgotar o tema do Executivo porque a habitação é um tema importantíssimo e por isso mesmo é que já fizemos duas Assembleias Municipais Temáticas neste mandato precisamente sobre a habitação, uma em novembro de 2023 e outra em janeiro de 2025. Obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Vice-Presidente. Tem a palavra senhor Presidente. -----

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. -----
Eu vou responder às restantes perguntas e gostaria de começar por responder à Deputada Carla Gomes, sobre os imigrantes e a imigração, fez uma série de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

considerações, claro que pode fazê-las aqui, mas espero que tenha a consciência que muitas das afirmações que fez não são propriamente dirigidas à Câmara Municipal de Loulé que tem competências, não muito definidas por lei, embora nós tenhamos uma política autárquica que de há muitos anos vai ao encontro de responder às necessidades dos imigrantes. Há coisas que de facto escapam-nos não dependem de nós, têm que ser resolvidas a um nível mais central e até ao nível central quando nos pedem colaboração localmente nós nunca deixamos de estender a nossa mão, sentarmos, conversarmos e procurar colaborar com o Governo para resolver as questões, aliás, há um bom exemplo que ainda ontem aqui referi que é a estrutura de missão da AIMA que procurou abrir balcões de atendimento em todo o país para poderem atender os imigrantes e regularizarem a sua situação. -----

Loulé foi dos municípios e é dos municípios que primeiro avançou para colaborar com este Governo e abriu esse balcão, aliás, o balcão funciona em Quarteira, funciona em Loulé e está a ser um sucesso, é claro que há matérias e questões que não se resolvem ao nível municipal, mas pode acreditar senhora deputada que aquilo que nos tem sido pedido e, dentro do estrito limite das nossas competências, nós temos sido proativos e temos ajudado e colaborado. E veja, temos há anos uma estrutura local para receber os imigrantes e ajudá-los e eu vou-lhe dar exemplos. Por exemplo, para a aprendizagem da língua portuguesa na perspetiva de língua não materna, todas as pessoas que estão inscritas no IEFP têm cursos a decorrer no concelho de Loulé para aprender português. Portanto, fez-me essa pergunta aqui tem a resposta, há cursos a decorrer em Alte e em Loulé, aliás referiu isso mesmo em Boliqueime, mas há em Alte e Loulé também, porque eu sei que há, quero dizer que o CLAIM faz cerca de 40 atendimentos por dia para ajudar os imigrantes, vão até às embaixadas, vão aos consulados, organizam e orientam as pessoas na aquisição dos documentos necessários para juntar e formar os processos e enviar para as entidades competentes. Levamos em alguns casos até a consultas médicas. -----

O CLAIM de Loulé, da Ação Social de Loulé tem um intenso trabalho, tem técnicos alocados e eu orgulho-me pessoalmente como autarca de fazer aquilo que eu acho que tenho a obrigação de fazer para estas pessoas, não é nenhum favor que fazemos a estas pessoas, nenhum, mas eu sinto-me bem como autarca de ter no corpo das políticas sociais do nosso município, da nossa Câmara Municipal, um balcão, técnicos e um gabinete só para receber os imigrantes e facilitar-lhes a vida, é isso que temos feito, aliás, os técnicos da Câmara Municipal atendem em todas as freguesias porque estes imigrantes muitas vezes têm horários de trabalho pesadíssimos, não têm sequer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

facilidade de se deslocar do local onde trabalham e vivem e nós vamos a todas as freguesias atender estas pessoas que são os imigrantes. -----
Protocolo com a Conservatória, eu não tenho conhecimento, mas vou perguntar, também não sei em que medida é que isso poderia ajudar, mas tenho a certeza que o CLAIM quando é necessário se relaciona com a Conservatória, isso eu não tenho dúvidas, agora se isso tem um protocolo aí agarrado não sei se tem. -----
A AIMA funciona em Quarteira, Loulé e Almancil, acho que estamos a fazer o nosso trabalho relativamente à imigração, bem feito. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Presidente. Deputado Carlos Martins, do BE, tem a palavra. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. -----

Eu só fiz uma pergunta sobre a evolução do património municipal, não fiz mais nada, eu fiz a pergunta, para quando um monumento para o 25 de Abril? Muito obrigado. --

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Senhor Presidente, tem a palavra. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. -----
Eu vou ser absolutamente transparente, chegou a estar em cima da mesa a encomenda de uma obra de arte pública numa linguagem contemporânea vanguardista, mas não chegamos a acordo e tivemos algumas reservas porque arte pública infelizmente no nosso país em várias situações conhecidas de norte a sul do país é fruto de muita polémica, muita discordância, muita conversa e nós achamos que talvez fosse prudente, até porque o tempo era curto para fazer essa obra e homenagear o 25 de Abril e, não demos esse passo. De qualquer maneira, o senhor Deputado Carlos Martins, sabe bem, a obra importantíssima que fizemos em Almancil e que demos o nome Pavilhão Multiusos 25 de Abril, não é a mesma coisa, eu sei que não é a mesma coisa, mas eu recordo-lhe, e agora não se zangue com aquilo que eu lhe vou dizer, que quando fizemos uma obra de arte pública um mural na empena do edifício municipal em frente à Biblioteca aqui nesta casa foi criticado o dinheiro que foi gasto naquela obra, portanto, eu lembro-me bem disso. Já nem falo da rua, falei aqui do interior da casa, nós não fazemos tudo senhor deputado e não fazemos tudo bem.

[Handwritten signatures]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Portanto, aqui nesta circunstância particular ponderamos, mas não concretizamos. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Presidente. Senhora Deputada Carla Gomes, da CDU, tem a palavra. -----

A Deputada **Carla Gomes (CDU)** tomou a palavra e disse: Fiquei bastante esclarecida e ainda bem que a Câmara Municipal tem todos estes serviços disponíveis ao imigrante, as considerações que foram feitas por esta bancada são a nível político e a nível nacional, o que deveria estar no relatório é exatamente aquilo que o senhor Presidente acabou de referir, que escusava esta série de perguntas, mas ainda bem que existe e que se continue o bom trabalho.-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigada senhora Deputada. Considera-se efetuada a apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara. -----

b) - Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; ; foi apreciada.-----

O **Presidente da AML** disse: Sendo assim, passa-se para a alínea d) uma vez que a alínea c) já foi deliberada ontem. À semelhança do que vem acontecendo nos anos anteriores, o Executivo solicitou a apresentação conjunta das alíneas d) e e) nomeadamente a proposta da Câmara Municipal 637-2025 - Alteração do Quadro Plurianual Municipal, Segunda Alteração Orçamental Modificativa da Receita, Segunda Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, Segunda Alteração Modificativa do Plano Plurianual de Investimentos e Segunda Alteração Modificativa do Plano de Atividades Municipais; e da alínea e) que é a Proposta da Câmara Municipal 638-2025 - Assunção dos Compromissos Plurianuais, Abertura de Procedimentos Contratuais, pelo que se concordarem será feita a apresentação em simultâneo e a votação em separado. -----

Não se verificou oposição a esta solicitação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Passou-se aos pontos seguintes: -----

d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 637-2025 [DAF] - Alteração ao Quadro Plurianual Municipal /2.ª Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 2.ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 2ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 2ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais; nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na redação atual; **para deliberação;** -----

e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 638-2025 [DAF] - Assunção dos Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais, conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação atual; **para deliberação;** -----

O **Presidente da AML** disse: Tem a palavra senhor Vice-Presidente, para a apresentação conjunta das propostas. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. -----

Esta é de facto a segunda proposta de Alteração do Orçamento do município, é uma Alteração Modificativa, no entanto, não prevê a alteração do montante global do orçamento municipal plurianual, o que ela prevê é uma alteração da distribuição plurianual da receita e da despesa nos anos 2026, 2027 e 2028, mas no quinquénio, portanto, no conjunto da afetação plurianual o orçamento do Município mantém exatamente o mesmo valor. -----

Seguidamente a esta alteração há uma proposta dos Compromissos Plurianuais que é precisamente uma afetação nos anos em relação a estas intervenções que está de facto melhor trabalhada, uma vez que estamos mais próximos de que estas empreitadas possam ser lançadas e concretizadas neste horizonte temporal. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Martins, do BE. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. -----

A nossa consideração sobre o assunto é também em termos de Declaração de Voto, portanto, depois da votação lemos a nossa Declaração de Voto.-----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado senhor Deputado. Iremos passar à votação das Propostas das alíneas d) e e). -----

Passou-se à votação; -----

d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 637-2025 [DAF] - Alteração ao Quadro Plurianual Municipal /2.ª Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 2.ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 2ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 2ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais; nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na redação atual; -----

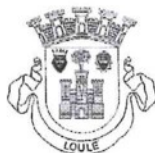
A proposta foi **aprovada por maioria**, com 23 votos a favor (20 PS, 2 PSD, 1 BE) e 11 abstenções (6 PSD, 2 CHEGA, 1 CDS, 1 CDU, 1 PAN). -----

e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 638-2025 [DAF] - Assunção dos Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais, conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação atual; -----

A proposta foi **aprovada por maioria**, com 24 votos a favor (20 PS, 2 PSD, 1 BE, 1 CDS) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CHEGA, 1 CDU, 1 PAN); -----

O **Presidente da AML** disse: Tem a palavra, senhor Deputado Carlos Martins, para a apresentação da Declaração de Voto. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: -----
Estamos a favor das propostas constantes na alínea d) - Proposta 637/2025, Alteração do Quadro Plurianual relativo à Segunda Alteração Orçamental da Receita e Despesa, do Plano de Investimentos e Plano de Atividades e alínea e) - Proposta 638/2025 da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Assunção dos Compromissos Plurianuais e Respetivos Procedimentos Contratuais pelas seguintes razões; -----

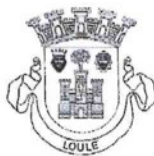
- 1- Não altera o montante global do orçamento municipal, apesar de incluir compromissos para 2025 na ordem dos 5 milhões de euros; -----
- 2- No entanto, prevê uma alteração da despesa para os anos 2026 de 6.7 milhões de euros, 2027 5.2 milhões e 2028 680.000,00€. A alteração do Plano Plurianual de Investimentos permite a inscrição de sete novas rubricas destinadas a alimentar a oferta pública de habitação na área da reabilitação urbana, da reabilitação de edifícios nas freguesias mais carenciadas em termos habitacionais como seja a cidade de Loulé, Quarteira, Almancil e Salir. Prevê para 2025 o reforço financeiro de 2 milhões de euros na beneficiação do Centro de Saúde de Loulé, portanto, aquele que precisa de beneficiação, 1.7 milhões de euros na construção de habitação em curso em Salir e 1.7 milhões de euros na eficiência hídrica e ainda uma instalação de serviços para o leccionamento de aulas em grupo que, julgo, que vem no seguimento de uma proposta aprovada na Assembleia Municipal de Jovem."-----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado senhor Deputado. -----
Estamos então em condições de passar conforme decidido na Assembleia de ontem a apresentação conjunta das propostas o), p) e q), estamos a falar das alterações aos Contratos Interadministrativos com a votação separada de cada uma delas.-----

Passou-se aos pontos seguintes: -----

o) - Proposta da Câmara Municipal n.º 687-2025 [GAF] - 6ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Boliqueime - no valor de 598 481,10€ (quinhentos e noventa e oito mil, quatrocentos e oitenta e um euros e dez cêntimos); para deliberação; -----

p) - Proposta da Câmara Municipal n.º 688-2025 [GAF] - 6ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Salir - no valor de 544 257,64€ (quinhentos e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e sete euros e sessenta e quatro cêntimos); para deliberação; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

q) - Proposta da Câmara Municipal n.º 702-2025 [GAF] - 11ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Quarteira - no valor de 393 027,13€ (trezentos e noventa e três mil, e vinte sete euros e treze cêntimos); para deliberação; -----

O Presidente da AML disse: Para a apresentação conjunta das propostas, tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

O Vice-Presidente, David Pimentel, tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. -----

Em relação aqui a estas três Propostas, são alterações dos Contratos Interadministrativos com a Junta de Freguesia de Boliqueime, de Salir e de Quarteira. À semelhança do que temos pautado sempre, e os senhores Presidentes de Junta podem atestá-lo, temos em todas as circunstâncias e em particular na gestão orçamental e na preparação dos orçamentos anualmente sempre suscitado a todos os Presidentes de Junta que queiram abraçar o desafio de acompanhar a execução, sendo as competências delegadas nas Juntas de Freguesia para executarem empreitadas designadamente, e aqui estas alterações todas elas são pontuais. ----- São empreitadas que vão ser executadas pelas respetivas Juntas de Freguesia substituindo-se à Câmara Municipal, sendo que a Câmara Municipal pagará por essa intervenção. Há apenas uma nota no que diz respeito a Boliqueime que é a manutenção e reparação do Centro de Saúde de Boliqueime que ficará nos anos subsequentes uma verba para que seja feita essa tarefa pela equipa da Junta de Freguesia de Boliqueime em que a Câmara Municipal comparticipa. ----- Depois temos obras de repavimentações, no caso de Salir importantíssimo a rede de abastecimento de água do Freixo Seco de Baixo e no caso de Quarteira, dois projetos que agora vão avançar para empreitada que é o Parque de Estacionamento do Beco do Farol e o Parque de Estacionamento na Quinta do Romão. ----- Temos nesta Assembleia sinalizado várias vezes as necessidades do estacionamento particularmente nas zonas urbanas e nas três cidades, aqui há de facto uma Junta de Freguesia também a resolver ativamente essa questão. Obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Obrigado senhor Vice-Presidente. Algum senhor Deputado deseja usar da palavra? Assim sendo estamos em condições de votar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Passou-se à votação: -----

o) - Proposta da Câmara Municipal n.º 687-2025 [GAF] - 6ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Boliqueime - no valor de 598 481,10€ (quinhentos e noventa e oito mil, quatrocentos e oitenta e um euros e dez cêntimos); -----

A proposta foi **aprovada por maioria**, com 32 votos a favor (20 PS, 8 PSD, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU, 1 PAN) e 2 abstenções (CHEGA). -----

p) - Proposta da Câmara Municipal n.º 688-2025 [GAF] - 6ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Salir - no valor de 544 257,64€ (quinhentos e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e sete euros e sessenta e quatro cêntimos); -----

A proposta foi **aprovada por maioria**, com 32 votos a favor (20 PS, 8 PSD, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU, 1 PAN) e 2 abstenções (CHEGA). -----

q) - Proposta da Câmara Municipal n.º 702-2025 [GAF] - 11ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Quarteira - no valor de 393 027,13€ (trezentos e noventa e três mil, e vinte sete euros e treze cêntimos); -----

A proposta foi **aprovada por maioria**, com 32 votos a favor (20 PS, 8 PSD, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU, 1 PAN) e 2 abstenções (CHEGA). -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 640-2025 [DAF] - Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Loulé; para deliberação; para deliberação; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** disse: Passamos de seguida à alínea f), para a apresentação da mesma, tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Esta proposta já veio à Assembleia Municipal em dezembro do ano passado, foi depois para o período de consulta pública, regressou desse período sem contributos, portanto, dar nota que regressou à Câmara Municipal, regressa à Assembleia Municipal antes de ser publicada em Diário da República. Só refrescando aqui a memória são as taxas respeitantes ao Simplex Urbanístico que obrigou a fazer aqui alterações, as alterações decorreram da alteração do decreto-lei 10/2024 e também em relação ao Pavilhão 25 de Abril em Almancil, que foram necessárias algumas taxas adicionais designadamente para atividades como o Padle que não estavam previstas no nosso regulamento de taxas e licenças municipais.-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Tem a palavra a senhora Deputada Ana Poeta, do PAN. -----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: Não é propriamente um esclarecimento, nem uma interação política, mas tem a ver com cidadania, falo enquanto munícipe que vai ao website do município, como tivemos uma série de alterações, para conseguirmos ler um regulamento inteiro temos que pesquisar seis Decretos de Lei ou seis Regulamentos diferentes, eu sei que por lei é costume, mas não há forma de simplificar isto para as pessoas consultarem de forma mais simples e acessível? Porque temos um Regulamento que fala do outro Regulamento e do outro Regulamento e do outro Regulamento, há hipótese de facilitar a consulta? Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhora Deputada. Senhor Vice-Presidente, tem a palavra. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Tem toda a razão, senhora Deputada, importa refletir que o Regulamento de Taxas e Licenças Municipais do Município de Loulé, já tem décadas e o que tem sido feito é anexar ou adicionar novas realidades, por exemplo, a Taxa Turística também foi um anexo adicional, portanto, foi um acrescento assim como estas realidades o que vai fazer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

com que essa complexidade adicional exista. O que deixo aqui como uma nota é que provavelmente está na altura de rever e visitar integralmente o Regulamento de Taxa e Licenças Municipais, fazer um novo documento de A a Z e a Assembleia Municipal deliberar sobre o mesmo, em que aí deixa de ter que estar sempre a reportar-se a versões anteriores do documento e simplificar o acesso, não só aos senhores deputados como ao público e essa simplicidade é importante de se trabalhar nesse sentido. Portanto, fica a nota e é um desafio para quem tiver o privilégio de estar a representar o Município em breve. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Tem a palavra a senhora Deputada Carla Gomes, da CDU. -----

A Deputada **Carla Gomes (CDU)** tomou a palavra e disse: Realmente o reparo que foi feito pela Deputada do PAN, eu não posso deixar de o fazer também porque é assim, temos o Regulamento de Taxas e Licenças 2013, teve alteração com a entrada da Taxa Turística, mas houve entretanto uma adição de vários artigos relativamente a algumas taxas a mais que teriam que pagar, aquilo que vem de taxas e licenças que nos foi enviado pode estar muito bem disponível e atualizado no website da Câmara Municipal, já para nós que temos que fazer esta análise é complicado que levamos aqui horas a tentar perceber qual foi a alteração de uma taxa para a outra. Imagine-se um simples munícipe que só quer saber quanto é que vai pagar, esta Proposta quando veio à Assembleia em dezembro e ainda bem que me lembrou que já não tinha a data presente, esta bancada chamou logo a atenção para o aumento excessivo destas taxas, nós não vamos acompanhar esta proposta como é lógico porque é assim as taxas são para o benefício das empresas e para o benefício da população para tratar dos seus assuntos. E quando esta Câmara Municipal apresenta a isenção da Derrama e o benefício do IRS à população, está a beneficiar uma minoria, se calhar pegava nessas verbas, mantinha as taxas mais baixas, beneficiava toda a população e utilizava aqueles benefícios que dá às grandes empresas e a alguns cidadãos que têm altos rendimentos, só eles é que têm benefício e assim se calhar com as taxas mais baixas beneficiava a todos. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Carlos Martins, do BE. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Queria também fazer aqui algumas considerações. Em primeiro lugar, para melhor compreensão da proposta deveria ter vindo a informação sobre o Regulamento em vigor referente a todas as atividades e mencionando todos os artigos alterados, o valor antigo e o proposto. ---- No capítulo terceiro, Equipamentos Municipais, quem analisa a proposta percebe, mal, se calhar, que só o Pavilhão Municipal em Almancil é que vai pagar taxas e então eu pergunto porque não vem mencionado neste regulamento todos os equipamentos desportivos, pavilhões, piscinas, recintos desportivos e somente o Pavilhão de Almancil é que está sujeito a taxas de utilização? Nos outros é tudo à borla? Qual é o critério? Está no regulamento de 2013, pois está bem, mas não sabem que é que está aqui a discutir, pois o que se põe é que eu para ter uma noção do que é e para comparar os preços que se praticam no Pavilhão de Loulé, eu não consigo visualizar. Não sei quanto é que paga nas piscinas, não sei se é mais justo estes preços agora em Almancil se são mais punitivos, isto, o mesmo se passa com os projetos, portanto, quanto é que pagavam antes, quanto é que vão pagar agora e esta proposta realmente está um bocado difícil de se aceitar. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Senhora Deputada Carla Gomes e senhor Deputado Carlos Martins, primeira nota, as considerações que estão a ser colocadas aqui já foram colocadas em dezembro e nessa altura recorde a todos que estava para além da proposta, uma fundamentação económica que demonstrava em função das despesas adstritas do Município a cada uma destas atividades qual era a taxa máxima que poderia ser praticada e em todas as taxas, e em todas sem exceção. O valor que está proposto nessa análise económica e financeira é significativamente inferior a esse limite superior, isto é, os municípios têm uma responsabilidade de serem ressarcidos das despesas adstritas aos seus equipamentos e esta fundamentação económica é aquilo que define qual é a taxa que deve ser aplicada e é verdade que em função de equipamentos desportivos diferenciados haverá despesas também diferenciadas naquilo que é a prestação do serviço público nesses equipamentos. -----

Sobre o facto do senhor Deputado não conseguir ver as taxas dos outros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

equipamentos municipais, foi aqui dito e volto a reiterar que aqui só vêm as alterações, portanto, o Pavilhão de Almancil efetivamente tem alterações das taxas, designadamente, como eu disse, no Padle e é por isso que nesta proposta só visualiza o Pavilhão de Almancil. -----

É verdade que as taxas para os outros equipamentos desportivos existem em versões anteriores e esta depois terá que ser anexada ao Regulamento de Taxas e Licenças. O que o senhor Vereador Carlos Carmo estava a sugerir à semelhança do que acontece nalguns documentos legais, que haja uma integração das várias versões numa versão consolidada, iremos solicitar ao Departamento Jurídico da Câmara Municipal se é possível fazer essa consolidação de maneira que seja mais transparente a informação ao munícipe que é essa a nossa preocupação de todos. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Tem a palavra a senhora Deputada Bárbara Correia, do PSD. -----

A Deputada **Bárbara Correia (PSD)** tomou a palavra e disse: Eu só queria que o senhor Vereador me esclarecesse porque eu percebi perfeitamente que esta tabela só tem as alterações e até põe a epígrafe dos artigos e depois não os desenvolvem, mas põem lá todos os artigos. A sugestão era, claro que é trabalhoso, mas, acho que era perfeito até para o próprio Município conseguir trabalhar, porem numa tabela o que está em vigor e o proposto do artigo 18 em vigor proposto e fazerem assim um *compare* eu acho que isso era perfeito até para vocês trabalharem no dia-a-dia o que é que tinha, o que é que estava, acho que era muito útil. -----

A minha dúvida é a seguinte, eu percebi que as alterações se baseiam com o Pavilhão, com as próprias alterações decorrentes do Simplex, mas depois, por exemplo, o artigo 18 do licenciamento das instalações de armazenados e postos de abastecimento presumo que já estaria, o que se alterou foram os valores? É só para eu perceber, ou por exemplo, o Sistema de Indústria Responsável ou as redes de estação de radiocomunicação? E presumo que há aqui umas últimas atividades que tem a ver com o aumento das competências da Câmara Municipal quando falam das ações de arborização e a segurança contra incêndios? Obrigada. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhora Deputada. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. -----

Efetivamente há novas competências, quando eu referi que a alteração era decorrente do Simplex Urbanístico e dos equipamentos municipais, haverá seguramente outras alterações pontuais que foram necessárias acrescentar, designadamente a que vem do aumento das competências e pode haver aqui algumas alterações como referi do posto de abastecimento e do sistema de indústria responsável que eu fazer a análise económico e financeira de fundamentação que consubstanciava as taxas se efetivamente o valor da taxa anterior já não estava compreendido nessa análise pode ter havido aqui algum acerto. Eu francamente não tenho aqui, mas registo como boas sugestões que já tinham sido dadas e foi aqui reforçada por si que de futuro sempre que haja alterações das taxas, venha a taxa atual e a taxa futura, simplifica o trabalho dos senhores deputados e simplifica a perceção dos nossos municípios e essa boa nota será uma recomendação que levarei daqui desta Assembleia. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Tem a palavra a senhora Deputada Carla Gomes, da CDU. -----

A Deputada **Carla Gomes (CDU)** tomou a palavra e disse: Como o senhor Vice-Presidente disse, que isto tem a ver com uma fundamentação económica, eu gostaria de saber se uma taxa que há 12 anos atrás era de 56,43 € agora é 130 €, o nível de vida dos portugueses evoluiu assim tanto, senhor Vice-Presidente?-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Eu francamente não sei a que taxa se refere, mas o que lhe posso dizer é que o município de Loulé a nível nacional no que diz respeito a taxas urbanísticas, e julgo que será aí que está a falar, é dos municípios que têm as taxas mais baixas do país e quando escarpelizamos o valor dos custos da despesa dos trabalhadores, de tudo o que são os recursos técnicos afetos à prestação do serviço público para serviços designadamente de urbanismo houve de facto acertos que é para respeitar não um princípio de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

rentabilidade, mas um princípio de retorno em relação àquilo que são as despesas que todos pagamos do erário público, para termos estes profissionais a trabalharem em função das análises urbanísticas que têm que fazer. Portanto, essa revisão não pode ser considerada em função do aumento do poder de compra da vida das pessoas, é uma análise que é feita e neste caso em termos de processos urbanísticos e é preciso tomar em consideração e creio que isto foi dito na Assembleia Municipal de dezembro, se não foi eu digo-o agora, que o município de Loulé e sugiro que façam essa análise comparativa, mesmo após esta revisão continuamos a ter taxas perfeitamente enquadráveis daquilo que é a realidade nacional porque até agora é dos municípios com as taxas mais baixas e que de facto não cobrem aquilo que são as despesas do serviço público que prestamos. Obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Vamos passar de seguida à votação. --

Passou-se à votação; -----

f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 640-2025 [DAF] - Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Loulé; -----

A proposta foi **aprovada por maioria**, com 29 votos a favor (20 PS, 8 PSD, 1 CDS) , 3 abstenções (2 CHEGA, 1 PAN) e 2 votos contra (1 BE, 1 CDU). -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 267-2025 [DAF] - Aprovar o recrutamento para o Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau, Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas e deliberar aprovar a composição do Júri do procedimento concursal; para deliberação; -----

O Presidente da AML disse: Em relação a esta proposta, apesar do sistema permitir o voto secreto eletrónico e ele estar com o parecer favorável da Associação Nacional das Assembleias Municipais, por questões técnicas iremos proceder à votação da mesma, por meio de voto em papel. Para a apresentação da Proposta, tem a palavra a senhora Vereadora Marilyn Zacarias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

A **Vereadora Marilyn Zacarias** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. Trazemos aqui novamente o concurso a apresentação do júri do concurso de Cargo de Dirigente para Divisão de Gestão de Pessoas, considerando que a antiga dirigente apresentou renúncia por problemas de saúde, trazemos novamente o concurso a esta casa novamente a proposta do júri. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado, senhora Vereadora. Tem a palavra Deputado Carlos Martins, do BE. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Eu queria perguntar, se este cargo está desocupado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Tem a palavra a senhora Vereadora. --

A **Vereadora Marilyn Zacarias** tomou a palavra e disse: De momento temos uma pessoa em regime de substituição. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado Abel Matinhos, do PS. -----

O Deputado **Abel Matinhos (PS)** tomou a palavra e disse: Posso só sugerir à Mesa que nas próximas votações em papel pudessem pôr os quadradinhos um bocadinho maiores, era só uma sugestão. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Naturalmente que sim, principalmente atendendo à sua idade mais avançada percebo a dificuldade em ver o boletim de voto, mas levaremos isso em conta no próximo voto eletrónico de preferência. Eu posso vos dizer que o voto será considerado válido mesmo que extravase os limites do quadrado desde que não abranja os dois quadrados, portanto, era preciso uma cruz muito grande para abranger os dois, mas tem toda a razão, sim, de qualquer maneira assim o nosso critério como podem ver para o próprio tamanho do boletim de voto são critérios de poupança de recursos, com este boletim de voto nós poupamos umas quantas folhas de papel, se utilizássemos uma folha A4 para cada boletim de voto ou para dois.-----
Tem a palavra a senhora Deputada Ana Poeta, do PAN.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: O boletim de voto diz aprovar o recrutamento, mas eu posso querer compor o júri e não querer recrutar ninguém ou ao contrário. A leitura desta alínea dá-me a entender que são duas votações, uma para abrir o recrutamento e a outra para aprovar o júri. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Tem a palavra a senhora Vereadora Marilyn Zacarias. -----

A **Vereadora Marilyn Zacarias** tomou a palavra e disse: A proposta é aprovar o recrutamento para o cargo de dirigente de segundo grau Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas e deliberar aprovação da composição do júri. Para termos o cargo temos que ter o júri, todo o concurso requer do júri para poder abrir e chegarmos ao fim do concurso, uma coisa não é independente da outra. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhora Vereadora. Duas coisas efetivamente, mas são duas coisas interligadas, não tem lógica deliberar aprovar o recrutamento do lugar sem abrir, é uma questão de português, tem toda a razão, mas vamo-nos reger por questões de eficácia, não tem lógica que fosse aprovado o recrutamento sem aprovar a constituição do júri e não se pode aprovar a constituição do júri sem aprovar o recrutamento. Há uma decisão também de aprovar o recrutamento, senhora Deputada, e para que esse recrutamento seja feito é necessário então que seja composto um júri, agora não tem lógica aprovar a abertura do recrutamento e não aprovar um júri porque o júri é necessário para o recrutamento, nem se pode aprovar a constituição do júri sem que o recrutamento esteja aberto. São duas decisões complementares e indissociáveis do meu ponto de vista. -----
Senhores deputados se quiserem interrompemos a sessão para reformular o boletim de voto, se alguém o requerer eu faço. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Martins, do BE. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: O recrutamento já está autorizado porque o Quadro Orgânico da Câmara Municipal permite, portanto, já está autorizado, não vamos aprovar outra vez alteração nenhuma ao Quadro Orgânico porque ele está aprovado e prevê aquele cargo, portanto, o que nós hoje devíamos estar aqui a aprovar é a constituição do júri para prover aquele cargo. Obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** disse: Obrigado senhor Deputado. Posso estar errado, mas o facto de ele constar no Quadro não quer dizer que ele esteja provido, ou seja, é preciso provar que efetivamente constando que ele seja preenchido, no fundo estamos aqui a perder tempo com questões de pormenor, basicamente acho que todos estão a perceber. Essa ainda é outra terceira questão, mas essa não tem a ver com o boletim de voto, senhor Deputado. -----

Portanto, há quatro opções se me permitirem, é o Sim, o Não, em Branco ou riscarem o boletim de voto e inutilizá-lo, portanto, qualquer uma delas permite mais do que o teclado do nosso boletim eletrónico. Iremos passar à votação. -----

Passou-se à votação; -----

g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 267-2025 [DAF] - Aprovar o recrutamento para o Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau, Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas e deliberar aprovar a composição do Júri do procedimento concursal; -----

A proposta foi aprovada por maioria, em voto secreto, com 27 SIM, 3 NÃO e 4 BRANCOS. -----

O **Presidente da AML** disse: Vamos passar ao próximo ponto. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

h) - Proposta da Câmara Municipal n.º 294-2025 [DSP] - PAPERSU aprovado pela APA - O Plano de Ação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 (PAPERSU 2030); para deliberação; -----

O **Presidente da AML** disse: Para a apresentação da Proposta, tem a palavra o senhor Vereador Carlos Carmo. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. --- Vou tentar rapidamente de forma sintética explicar o que é que estamos aqui a trazer para análise e votação. Como os senhores deputados sabem, a União Europeia estabeleceu metas para todos os Estados Membros para as metas que cada uns dos países devem atingir em termos de reciclagem até 2030. O nosso país desenvolveu,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

como qualquer país Estado-Membro, o seu Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos, o PERSU, e consequentemente cada município, cada entidade gestora, seja ela em alta ou em baixa, teve que desenvolver planos de ação para cumprir aquilo que são as metas estabelecidas pela União Europeia e consequentemente pelo nosso país. Em Portugal, a APA, que é a entidade que tem a tutela destes documentos definiu as metas não só para as entidades em alta, mas também para as entidades em baixa, e no caso do Município de Loulé este plano contempla não só aquilo que são as competências da Câmara Municipal de Loulé, mas também aquilo que são as competências das Empresas Municipais que, como sabem, têm competências delegadas ao nível da recolha de resíduos. É um documento que define objetivos, define metas, define um plano de investimentos que só em traços bastante gerais se totaliza cerca de 22 milhões de euros de investimentos que estão divididos em três eixos e em 12 medidas, medidas essas que não são só da competência da Câmara Municipal de Loulé, mas também das empresas municipais e o plano também tem isso bem definido quais são as ações que estão inseridas em cada uma dessas medidas, portanto, é um documento que todos os municípios e todas as entidades gestoras têm que ter aprovado e é um documento que será monitorizado anualmente. -----

Também referir, que este documento obviamente está alinhado com aquilo que foi definido em termos regionais porque foi no âmbito da AMAL que foi decidido fazer uma contratualização integrada para todos os municípios desenvolverem estes planos para que fique alinhado também no que são as metas que são estabelecidas, neste caso pela entidade em alta. -----

Uma última nota que é algo que nós temos vindo já a falar aqui há algum tempo, estas metas estão definidas pela tipologia de resíduos e o município de Loulé tem sido um dos municípios que tem insistido muito porque nesta matéria, ou seja, nós só conseguimos atingir as metas que são bastante ambiciosas no caso das taxas de reciclagem que estão neste momento inseridas neste documento, se no caso do Algarve em baixa, os resíduos recicláveis, ou seja, o papel-cartão, embalagem e vidro forem recolhidos pelos municípios e não por outra entidade porque como todos sabem numa ilha ecológica temos recolha de resíduos da competência dos municípios e temos recolha de resíduos que é competência de uma entidade que tem a concessão dos resíduos em alta que é no caso do Algarve a ALGAR. Ora, se temos todos que cumprir metas de forma integrada nós entendemos que naquilo que são os resíduos recicláveis este tráfego que eu referi só consegue ser bastante assertivo para o cumprimento destas metas se houver uma integração dessa competência em baixa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Portanto, é algo que tem vindo a ser discutido no âmbito da AMAL e em traços muito gerais. -----

Estou disponível para qualquer explicação mais pormenorizada sobre o documento. Dizer também que é a primeira fase deste Plano, a seguir a esta aprovação o documento irá para discussão pública e depois seguirá todo o processo administrativo para a sua concretização e publicação. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Martins, do BE. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Quero dizer que o documento que veio hoje à Assembleia Municipal é aprovado como se fosse um projeto, retorna depois à Assembleia Municipal após a análise das sugestões, da elaboração do relatório e da aprovação do Executivo da versão final. Aquilo que queríamos perguntar é sobre as metas de reciclagem até 2030, para o município de Loulé quais foram essas metas que foram estipuladas para cada tipo de resíduos? ---

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra senhor Vereador. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. --- Uma questão prévia que eu não referi por lapso, o documento que trazemos aqui já foi previamente aprovado pela APA, portanto, era uma condição obrigatória para que ele iniciasse todo este trabalho. -----

Ao nível do Município, foi estabelecido um conjunto de metas que está dividido entre os biorresíduos, portanto, a recolha entre o tratamento de origem e o tratamento em termos de recolha de biorresíduos, mas posso dizer que neste momento para 2024 aquilo que está estabelecido como meta são 27%, em 2030 teremos que estar com esta taxa de recolha de 68%, estou a falar de biorresíduos. Se falarmos em vidro atualmente temos uma meta de 62% no vidro, teremos que estar a atingir em 2030 96%, papel-cartão 74% agora e 95% em 2030, plástico 46% agora, objetivo 2030 100%, e na madeira que é um dos outros segmentos 19% em 2024, 30% em 2030. Nos têxteis e nos volumosos mais conhecido por monos não há percentagem definida de forma evolutiva ao longo dos anos, há sim uma taxa final que é definida para 2030



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

de 75% nos têxteis e 55% nos volumosos.-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Vereador. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Costa. -----

O Deputado **Carlos Costa (PS)** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. Senhor Vereador eu queria que me falasse sobre a questão da compostagem, como é que está e se ela encaixa aqui neste Plano. -----

Uma outra questão talvez transversal, mas qual é o ponto de situação dos ecocentros, quais são ou, aquele plano de ecocentros móveis, conforme é suposto estar qualificado.-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Vereador Carlos Carmo. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Agradeço as questões, que permite aqui também esclarecer mais alguns pormenores deste Plano. Como eu há pouco falei em biorresíduos estamos a falar de compostagem, portanto, estamos a falar de resíduos que são recolhidos que são biodegradáveis e que dá origem a compostagem. Neste momento o Município de Loulé no Algarve é aquele que tem a recolha de biorresíduos de forma mais consistente e com taxas de recolha mais altas no Algarve, dizer-vos que ao nível dos biorresíduos, estou à procura aqui do dado correto, que já vos dou, mas vou á questão que também me colocou sobre os ecocentros e os ecopontos móveis. -----

Há um projeto, que neste momento está finalizado e está a ser analisado tecnicamente pelo Departamento de Obras para a construção de um ecocentro em Loulé, o projeto está fechado, está a ser neste momento revisto tecnicamente e está inscrito em orçamento para ser lançada a empreitada tão breve quanto possível.-----

Relativamente aos ecopontos móveis, estamos somente a aguardar a finalização daquilo que é um plano de comunicação para colocar os seis ecopontos móveis, que já estão nas nossas instalações, para serem colocados em espaço público, não só nas zonas urbanas, mas também nas zonas mais rurais. -----

Relativamente aos biorresíduos, dizer que em 2023, ano em que foi começado este projeto foram recolhidas 584 toneladas de biorresíduos, em 2024 praticamente chegamos às 2.000 toneladas de recolha de biorresíduos. Dizer-vos que onde está a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

correr bastante bem para não dizer de forma perfeita são nos utilizadores não domésticos, restaurantes, cantinas de escolas e IPSS porque há de facto uma consciencialização e há de facto uma produção considerável, onde nós temos que acelerar e temos muito em breve uma nova campanha de sensibilização que vamos implementar para os utilizadores domésticos, para aqueles que estão inseridos não só por adesão dentro do sistema, mas para aqueles que ainda não se inscreveram e que não utilizam corretamente aquilo que é o contentor castanho que está no espaço público, mas que mesmo assim os serviços da Câmara Municipal ainda conseguem fazer uma triagem para garantir que o produto que é colocado no centro de valorização orgânica em São Brás seja de boa qualidade. -----

Dizer-vos também que cada tonelada de biorresíduos que é recolhido e que é depositado é menos um valor de TGR que o Município paga que neste momento está em 35€ por tonelada e o valor de deposição é bastante mais baixo do que se fosse em aterro, portanto, e tendo também um objetivo ambiental nessa matéria. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Vereador. Fazendo um pequeno ponto de situação daquilo que hoje vamos aqui decidir é o início do procedimento para que isto vá para consulta pública e a deliberação final desta Assembleia Municipal será posteriormente, portanto, os senhores deputados têm todo este tempo até lá para aprofundar as questões sobre este documento, eventualmente enviar contributos, penso que, para além da discussão pública, o Executivo está aberto aos contributos fornecidos diretamente pelas bancadas. É um desafio que aqui fica, quanto mais completo o documento tiver e mais participação tiver, nossa e do público, melhor. Vamos passar à votação. -----

Passou-se à votação; -----

h) - Proposta da Câmara Municipal n.º 294-2025 [DSP] - PAPERSU aprovado pela APA - O Plano de Ação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 (PAPERSU 2030); -----

A proposta foi **aprovada por unanimidade.** -----

O **Presidente da AML** disse: Estas questões do ambiente e dos resíduos são de facto questões consensuais enquanto preocupação de todos nós. Passemos ao ponto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

seguinte. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

i) - Proposta da Câmara Municipal n.º 435-2025 [DMADS] - Proposta de Aprovação do Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança; para deliberação; -----

O **Presidente da AML** disse: Para a apresentação da Proposta, tem a palavra o senhor Vereador Carlos Carmo. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Também de forma sintética, é uma proposta de Projeto de Regulamento, é um documento que irá depois seguir para a discussão pública e depois todo o seu processo de tramitação administrativa. Houve um conjunto de alterações legislativas e que motivaram em junho de 2023 que houvesse na primeira reunião à altura do Conselho de Segurança haver uma proposta consensualizada para a alteração do regulamento. Esse processo terminou em 24 de janeiro deste ano e deu origem a esta proposta de projeto de regulamento que versa essencialmente as formas de funcionamento do Conselho Municipal de Segurança, os seus objetivos, o funcionamento, a sua composição, competências, o conselho restrito, são essas as matérias que versa esta proposta, e também alguma questão que queiram colocar, à disposição para esclarecer. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado senhor Vereador. Tem a palavra o senhor Deputado Victor Coelho, do PSD. -----

O Deputado **Victor Coelho (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. -----

Neste documento e no seguimento desta situação e tendo em conta aquilo que estava descrito no documento, no preâmbulo diz que tem intervenção na prevenção, garantia de segurança e inserção social e tranquilidade das populações, gostaríamos de fazer uma proposta neste momento, até porque creio que urge e, se não for este conselho pelo menos terá que ser feito de alguma forma no momento mais breve possível. Historicamente no concelho de Loulé nós tivemos sucesso na integração das diferentes comunidades que se apresentaram perante o nosso concelho ao longo da

[Handwritten signature]
D.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

vida, nomeadamente desde o tempo dos retornados, da guerra, provavelmente posteriormente também as comunidades africanas, as comunidades venezuelanas, mais tarde, os luso-venezuelanos também e os brasileiros, entre outros. -----

Agora neste momento pelos desafios que todos reconhecemos ser completamente novos sobre esta comunidade indostânica, gostaríamos desde já que fosse considerada uma aproximação a esta comunidade. Esta comunidade traz-nos desafios diferentes daqueles que tivemos até aqui até porque têm parâmetros bastante diferentes daqueles que estamos habituados a receber e como tal eles próprios também terão algumas dificuldades em integrar-se dentro da nossa comunidade não só nós recebermos eles, como eles também integrarem-se dentro da nossa comunidade. -----

Portanto, eu creio que é importante esta aproximação por forma a poder apoiar o enquadramento desta comunidade no nosso concelho. Há matérias importantes principalmente na área da habitação, da religião, da integração que devem ser considerados por forma a obter o sucesso na integração desta comunidade. Certamente eles conseguirão criar dentro do grupo deles ou conseguirão obter um porta-voz que, seja de alguma forma, representativo da sua comunidade e que possa servir de intermediário para poder estabelecer esta ponte e para podermos de certa forma ter sucesso nisto porque, creio eu, é o maior desafio que tivemos até hoje naquilo que tem a ver com a integração de comunidades dentro do nosso concelho e este conselho que está aqui em debate neste ponto será o ponto de partida, creio eu, que deveria de ter em atenção seria, realmente, esta comunidade. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Deputado João Carlos Santos, do PSD. -----

O Deputado **João Carlos Santos (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. -----

Agora ao prestar atenção aqui à intervenção do meu colega de bancada Vítor Coelho, veio-me à memória uma situação até bastante recente que teve lugar em Quarteira, mas que eventualmente até noutras alturas poderá ter decorrido, naquele momento em específico chamou a atenção porque houve vídeos e foram espalhados pelas redes sociais de um conjunto de pessoas no âmbito das suas orações ao nível das comemorações do Ramadão, no Passeio das Dunas a levarem a cabo essas orações e realmente a nível deste Regulamento Municipal de Segurança e pegando nas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

palavras do meu colega seria de facto importante que a autarquia conseguisse realizar esta ligação nomeadamente com os líderes destas comunidades no âmbito também de lhes conseguir de certa forma facultar melhores condições para poderem levar a cabo aquelas manifestações religiosas. -----

Eu acredito que é na base da tolerância e também no sentido de lhes dar essa dignidade que também aqui se conseguirá levar a cabo uma melhor integração destas pessoas na nossa sociedade. Eu relembro-me que até num desses posts do Facebook acabei por escrever um pequeno comentário que seria interessante em vez de estarem ali no Passeio das Dunas ali naquele chão e que se calhar até com poucas condições de segurança porque sabe-se lá as interpretações que as pessoas podem ter daquelas situações, por exemplo, ser facultado um equipamento desportivo como por exemplo um estádio onde as pessoas inclusive têm balneários, onde se podem lavar porque creio que é um costume também nestas religiões e levar ali em segurança a oração. -----

Creio que este Regulamento Municipal de Segurança, poderia de certa forma prever essas situações no âmbito de dar segurança e dignidade a estas pessoas e contribuir para a sua integração, é uma proposta. Obrigado. -----

O Presidente da AML tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Deputado. -----

Não me compete a mim pronunciar-me sobre os conteúdos das vossas intervenções, mas como sabem também vou tendo opinião de vez em quando e de facto é com grande contentamento que vejo as vossas intervenções, sendo certo que este regulamento é mais um regulamento interno que foi aprovado para o funcionamento do próprio Conselho Municipal de Segurança, mas concordo também que esta é uma matéria que o Conselho Municipal de Segurança terá que abordar do ponto de vista até preventivo e da integração social na vossa perspetiva. -----

Circulou nas redes sociais também com grande alarido uma manifestação religiosa em Albufeira que já é pelo menos a segunda vez que acontece onde eu vejo pessoas a desfilar de forma ordeira, mulheres, crianças, famílias com bandeiras portuguesas na maior das tranquilidades e tudo aquilo nas redes sociais em alguns setores é apresentado com o ponto a que isto chegou quando estamos ali numa manifestação, volto a repetir, religiosa, ordeira, anual e que junta pessoas vindas de todo o país e penso que até internacionalmente, portanto, aquele género de manifestações não tem nada de não securitário, pelo contrário, vê-se que as pessoas são pessoas que desfilam tranquilamente. Dizia a brincar até com uma das pessoas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

que às vezes empola estas questões é pá, desculpem lá, as pessoas até vão a varrer a rua que é uma coisa que às vezes é necessária porque as ruas às vezes não estão suficientemente limpas, portanto, estamos a falar da aceitação das tradições e das religiões de cada um que não colide em nada com a nossa forma de ser e de estar enquanto portugueses e que é papel de todos nós combatermos as formas de exclusão que tentam colar estas manifestações a um cataclismo porque eles vão tomar conta do país, temos de facto um papel importante e daí registar as intervenções dos dois em criarmos condições para que estas pessoas sejam efetivamente pessoas integradas. -----

Nós já tivemos grandes desafios como já foram aqui referidos de integração, nomeadamente quando foi a descolonização e a vinda das ex-colónias, foi impressionante como um país com tão poucas pessoas conseguiu acolher tanta gente e depois de uma primeira fase de alguma convulsão e toda a gente dizia mal dos retornados, esta palavra desapareceu do nosso vocabulário, hoje em dia temos pessoas perfeitamente como todas as outras que até vieram de África, ponto, como outras vieram de outras partes do mundo, portanto, acho que sim que temos todos que dar o nosso contributo para normalizar tudo isto e para criarmos condições para que as pessoas efetivamente sejam felizes trabalhem, contribuam para o nosso país, como têm estado a fazer. Aliás, os números sobre os impostos que pagam e os descontos que fazem e as contrapartidas sociais que têm são demonstrativos de que efetivamente não temos indivíduos que venham para cá para viver à conta dos portugueses, e que tal como ontem também foi referido pela deputada Maria Esteves, nós fomos um país de emigrantes durante séculos desde 1500, desde os Descobrimentos, não temos feito outra coisa se não andar por esse mundo fora e é a nossa obrigação ética também de acolhermos as pessoas que nos procuram para ter vida melhor, mas que elas próprias estão a contribuir para que nós possamos ter uma vida melhor e continuarmos a ter a vida que temos porque senão alguns setores já tinham parado como toda a gente sabe. -----

Tem a palavra senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Eu considero que aquilo que foi aqui dito nas diferentes intervenções é um debate que pode e deve ter lugar entre nós nesta casa, mas acho completamente inapropriado que tivéssemos feito este debate neste ponto porque isso é ligar a imigração quando falamos de segurança, estamos a falar de um tema e do ponto de ordem de trabalhos que não tem nada a ver com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

imigração, rigorosamente nada a ver com a imigração. -----
Portanto, ao fazermos este debate neste ponto da Ordem de Trabalhos, talvez de uma forma não totalmente consciente, aquela preocupação de que a imigração é uma ameaça, é um fator de insegurança na sociedade portuguesa porque senão essa discussão não teria tido lugar neste ponto de ordem de trabalhos que, se lerem bem a proposta, não tem nada a ver. -----

Eu devo dizer que estou de acordo com muita coisa que aqui eu ouvi esta noite, devo dizer que estou inteiramente de acordo, agora o que acho é que essa discussão neste ponto de ordem de trabalhos é que pode trair aí algumas preocupações, enfim, é ligar uma coisa com a outra que não tem que ter ligação. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. -----
Já deixou o seu ponto de vista, de qualquer maneira devo lhe dizer que não deve ter entendido o alcance das intervenções do PSD e da minha própria intervenção que foi a propósito do Regulamento fazer um apelo para que efetivamente esta não seja uma questão de segurança, seja uma questão de integração, mas são questões de opinião, estamos no domínio da opinião. Passemos à votação. -----

Passou-se à votação; -----

i) - Proposta da Câmara Municipal n.º 435-2025 [DMADS] - Proposta de Aprovação do Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança; --

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

j) - Proposta da Câmara Municipal n.º 527-2025 [DCMP] - Proposta de integração do Museu Municipal de Loulé na Rede de Museus ODS; para deliberação; -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Esta é uma proposta que a Câmara Municipal traz como outros municípios terão levado, outros executivos municipais às suas Assembleias Municipais porque há em fase de constituição uma Rede Nacional de Museus para trabalharem a agenda da sustentabilidade, a agenda das Nações Unidas 2030 e designadamente os ODS, portanto, é integrar na programação dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

museus esta temática. É o objetivo da constituição desta rede e é alinhar a sua programação também por este tema que tantas vezes tem vindo aqui, portanto, é aproveitar aquilo que é feito nos Museus e as Exposições que lá acontecem que sempre que possível sensibilizar para o problema do desenvolvimento sustentável, é isso que é o objetivo desta proposta. -----

Alguém deseja usar da palavra? Não havendo passamos à votação. -----

Passou-se à votação; -----

j) - Proposta da Câmara Municipal n.º 527-2025 [DCMP] - Proposta de integração do Museu Municipal de Loulé na Rede de Museus ODS; -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

O **Presidente da AML** disse: Informo que as 4 Propostas seguintes são para conhecimento desta Assembleia. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

k) - Proposta da Câmara Municipal n.º 497-2025 [GAP] - Assinatura de Memorando de Entendimento, entre o município de Loulé e o município de Safi, Marrocos; para conhecimento; -----

O **Presidente da AML** disse: Para a apresentação da Proposta, tem a palavra o senhor Presidente da Câmara. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Eu naturalmente posso explicar o conteúdo até porque estive diretamente implicado nisto, mas se estivessem de acordo pediria aos senhores deputados se tivessem alguma questão a levantar sobre esta proposta, como é só para conhecimento, nem sequer é para aprovação, se quiserem fazer alguma pergunta, eu responderei, se não parto do princípio que está entendida a proposta, os seus propósitos, e fica dado conhecimento. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. Não havendo deputados inscritos pode-se considerar que a Assembleia Municipal tomou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

conhecimento da proposta e da assinatura do memorando de entendimento. -----

A Assembleia tomou conhecimento da Proposta. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

l) - Proposta da Câmara Municipal n.º 517-2025 [DP] - Levantamento da Suspensão de Normas relativas às áreas urbanizáveis ou de urbanização programada, como tal classificadas no Plano de Urbanização de Quarteira Norte/Nordeste (PUQNNE); para conhecimento; -----

O **Presidente da AML** disse: Não havendo deputados inscritos pode-se considerar que a Assembleia Municipal tomou conhecimento da Proposta. -----

A Assembleia tomou conhecimento da Proposta. -----

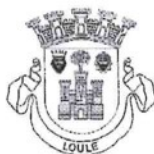
Passou-se ao ponto seguinte; -----

m) - Proposta da Câmara Municipal n.º 583-2025 [GAP] - Certificação de Loulé como “Green Destination” pela Global Tourism Sustainable Council (GSTC) ao Município de Loulé; para conhecimento; -----

O **Presidente da AML** disse: Senhora Deputada Ana Poeta, do PAN, tem a palavra.

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: Quero dar os parabéns ao Município até porque esta questão tinha sido aprovada por unanimidade aqui na Assembleia Municipal e só referir que no website do Turismo de Portugal não faz referência a Loulé como um dos 11 destinos certificados. Loulé ainda não está lá e julgo que no website da Câmara Municipal também não faz referência a isso, julgo que seria uma mais valia. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhora Deputada. Não havendo mais deputados inscritos, pode-se considerar que a Assembleia Municipal tomou conhecimento da proposta. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

A Assembleia tomou conhecimento da Proposta. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

n) - Proposta da Câmara Municipal n.º 616-2025 [GAP] - Relatório de Avaliação do Grau de Observância do respeito e garantias previsto no Estatuto do Direito de Oposição (Lei n.º 24/98 de 26 de maio), respeitante ao ano de 2024; para conhecimento; -----

O Presidente da AML disse: Tem a palavra a senhora Deputada Ana Poeta, do PAN. -----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: Esta bancada gostaria de saber qual é que é o e-mail que está a ser utilizado para o envio deste Relatório, uma vez que não o recebemos e também não temos indicação da distrital que o tenham recebido e segundo o número dois do artigo 10. Estes Relatórios devem ser enviados aos titulares do direito da oposição a fim que eles se possam pronunciar, uma vez que não recebemos não nos podemos pronunciar. -----

Sendo que este Relatório é um instrumento que numa lógica de transparência tem o objetivo de medir e dar a conhecer aos cidadãos o grau de respeito pelos direitos das forças da oposição na autarquia e deverá fazer uma análise rigorosa e objetiva do tratamento dado à oposição, identificando de forma clara as diligências tomadas para cumprir as obrigações legais, bem como as obrigações legais que ficaram por cumprir. Se ele for elaborado no espírito de autocritica, pode permitir a correção de falhas no relacionamento entre o poder com a oposição e assegurar a adoção de práticas que melhorem a qualidade da democracia local nos municípios. -----

A importância deste Relatório para a democracia local é tal a sua elaboração ou não que tem sido um dos indicadores para estudos nacionais de medição da qualidade da governação local em Portugal como, por exemplo, o índice de transparência municipal promovido pela transparência internacional ou o estudo de qualidade de governação local em Portugal. Eu não estou a dizer que o Relatório está mal, estou a dizer que se nós o recebêssemos antecipadamente se calhar poderíamos contribuir e seria um relatório que explanasse efetivamente o que se passa. -----

Vou só dar duas notas, uma já dei o ano passado e volto a referir, a bancada do PAN tem uma Deputada, não tem um Deputado, e outras bancadas também com o mesmo e o presente Relatório refere que foram igualmente realizadas reuniões prévias com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

vários partidos com assento na Assembleia Municipal para a elaboração das Grandes Opções do Plano do Orçamento 2025. Se bem me recordo foi uma reunião conjunta e cada bancada enviou os contributos depois, se eu estiver em erro as minhas desculpas, mas eu julgo que isto já deve ser copiado do Relatório de 2023 porque aí efetivamente tivemos todos reuniões individuais, mas 2022, 2023 e 2024 já tivemos uma reunião conjunta. Depois entregamos os contributos não em reunião particular, mas através de documentação. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado, senhora Deputada. Tem a palavra a senhora Deputada Carla Gomes, da CDU. -----

A Deputada **Carla Gomes (CDU)** tomou a palavra e disse: Com todo o respeito que tenho pelos trabalhadores autárquicos, que sei que não é senhor Presidente que elabora este Relatório, também fico aqui um bocadinho desiludida por aquilo que é dito nesta Assembleia e que se faz ouvidos moucos, desculpem-me a expressão, porque este relatório é basicamente um copi-cola do anterior ano, como já aqui a deputada Ana Poeta referiu alguns, mas chamei a atenção o ano passado e volto a chamar a CDU é Coligação Democrática Unitária e não Unida, este erro veio do ano passado e continua este ano, agradeço que quando se apresenta um documento nesta Assembleia e que exigem a atenção dos deputados aos documentos que também o façam na apresentação aos deputados.-----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado, senhora Deputada. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Martins, do BE. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Em relação a este Relatório da Observância, é realmente um *copy paste* do ano passado, a única coisa que muda aqui é o ano e o número de sessões porque o resto a linguagem, a retórica é exatamente igual, portanto, acolhimento de recomendações feitas pela Assembleia em diversas matérias, bem acolhimento é agarrar nelas e metê-las no caixote, não é agarrar nelas e aplicá-las na prática porque até agora que eu me lembre das recomendações aprovadas. No ano passado, nenhuma foi posta em prática pelo Município, portanto, os contributos que são dados também nas elaborações para diversas coisas de um modo geral também sim senhora fizeram muito bem agradecido, mas não vão para a prática, isto realmente no termo de respostas aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

pedidos de informação de um modo geral melhorou bastante, isto é as respostas foram mais rápidas, mas as respostas concretas às coisas concretas segue na mesma linha, temos que fazer vários e-mails a pedir mais explicações até que temos de desistir porque a resposta nunca vem.-----

O Presidente da AML disse: Obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra senhor Presidente. -----

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Senhores Deputados muito obrigado pelos vossos reparos, eu por acaso esperava ouvir da deputada Ana Poeta os parabéns também neste ponto, não ouvi, mas pronto. E esperava, porquê? Porque eu acho que nós temos no que diz respeito à observância deste estatuto. Porque este documento é apresentado na Vereação, é no Executivo. Não recebeu, temos que ver o que é que se passa. Mas os contributos, neste caso nós temos apenas que fazer um levantamento de todas as questões que nos foram colocadas ao longo do ano, todas as situações de organizações, de cidadãos, dos partidos políticos, sobretudo com assento na Assembleia Municipal as questões que nos chegaram. -----
Quando respondemos é, aliás, o que têm aí, a estrutura do documento não pode variar, é capaz de haver aí algumas coisas que são *copy paste*, eu compreendo isso, mas não é igual ao do ano passado, não é *copy paste* porque variaram o tipo de questões, o número de questões, o tempo em que respondemos, e eu digo-vos que este ano comparativamente com o ano passado nós melhoramos significativamente. A questão do e-mail que não recebeu e devia ter recebido, vamos ver. -----

O Presidente da AML disse: Obrigado, senhor Presidente. Tem a palavra a senhora Deputada Ana Poeta, do PAN. -----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: No Relatório para esta Assembleia, este relatório deve ser enviado para todos os titulares antecipadamente para que se possam pronunciar antes do relatório ser finalizado e entregue, de facto pelo menos que eu tenha tido conhecimento foi só por isso. Obrigado. -----

O Presidente da AML disse: Obrigado, senhora Deputada. Refere que efetivamente este ano isso não aconteceu. Tem a palavra senhor Presidente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Mas repare, eu tanto quanto tenho tido entendimento admito que possa estar aqui com um erro de interpretação, este documento é elaborado no Executivo e é no durante o mês de março obrigatoriamente de acordo com a lei apresentado ao Executivo e daí o Executivo envia para a Assembleia Municipal para que os senhores deputados tomem conhecimento desse documento, é assim que eu tenho entendido estas questões, mas posso verificar porque posso admitir que possa estar aqui a laborar em algum erro de interpretação daquela que tem sido a nossa conduta relativamente ao estatuto do direito da oposição. Admito que sim, mas na verdade e essa é que é a substância deste documento, nós respondemos muito mais rapidamente, as perguntas foram inúmeras e não deixamos nenhuma por responder. -----

Às vezes até dá origem a uma resposta, segunda resposta e até a terceira resposta porque as respostas que damos aparentemente ou realmente não satisfazem, nós fazemos um esforço para responder novamente para ver se de facto satisfaz quem nos perguntou a resposta que demos. Parece-me que temos neste aspeto trabalhado bem. Acolhimento de recomendações, bom eu tenho ouvido aqui nesta casa muitas vezes dizer ainda bem que foi uma proposta que nós fizemos em devido tempo, eu agora não me lembro de nenhum caso concreto, mas é comum ouvir aqui nesta casa saudarem o Executivo por ter levado à prática ou ter tomado uma decisão e fizeram porque nós tínhamos feito essa proposta, portanto, isto não aconteceu nem uma, nem duas, nem três vezes, é comum aqui nesta casa dizer isso, foi uma proposta que nós fizemos em tal data e saudamos que finalmente fizeram, portanto, nem todas as recomendações são acatadas, nem todas porque recomendações são recomendações e é preciso que elas encaixem no nosso programa e que não o contrarie, mesmo assim nós acolhemos algumas recomendações, não acolhemos todas, naturalmente. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, eu diria que na página 5 do próprio Relatório no ponto 3.6 diz direito de pronúncia sobre o Relatório de Avaliação, "de acordo com o disposto número 3 do artigo 10.º do estatuto da oposição, os titulares do direito da oposição dispõe do direito de se pronunciarem sobre o relatório elaborado pelo órgão Executivo da avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no referido estatuto e a pedido de qualquer destes titulares pode o respetivo relatório ser objeto de discussão pública na Assembleia Municipal." -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Eu penso que estamos diretamente na discussão na Assembleia Municipal, sem ter passado por este período do direito de pronúncia prévia. -----

De qualquer maneira sobre o passado não podemos fazer nada, foi 2024, no próximo relatório penso que isto será levado em conta, já não será connosco, digo eu, uma vez que estaremos numa nova legislatura, de qualquer maneira penso também que há uma memória institucional que é transmitida e alguns de nós pelo menos estarão aqui e esses encarregar-se-ão junto do Executivo e da Assembleia que vier de relembrar, ao fim e ao cabo também as conquistas e os avanços que temos que reconhecer senhor Presidente, ainda o referi ontem na Assembleia Municipal a propósito das respostas que estavam em falta, que se percebe que tem havido um esforço grande do Executivo no sentido de responder tão atempadamente e de forma tão completa quanto possível às questões postas pelos deputados. -----

É evidente que há sempre questões que ficam por responder, mas isso a bola também fica dos senhores deputados, como tem acontecido, quando não se consideram devidamente esclarecidos pelas respostas dadas voltam a insistir, estas são as regras da democracia que penso que têm estado a ser cumpridas. E porque isto também faz parte do balanço do estatuto da oposição, volto a insistir que é o funcionamento desta própria Assembleia, na qual penso que todos os direitos da oposição têm sido sempre salvaguardados, a maneira inclusivamente como na Conferência de Representantes discutimos os assuntos, nunca houve nenhuma votação em que fosse necessário recorrer à representatividade de cada grupo municipal para fazer valer fosse que análise fosse, aliás, penso que genericamente não sei se pontualmente poderá ter havido alguma coisa, mas pontualmente todas as coisas foram sempre decididas por consenso e sem interferências, é evidente das posições político-partidárias de cada um, todos nós representamos partidos políticos, movimentos e coligações nesta Assembleia. O que é facto é que no funcionamento da Conferência de Representantes isso não nunca aconteceu e com o clima de trabalho que temos se algum dos senhores deputados da oposição se tivesse sentido que os seus direitos não estavam a ser respeitados, certamente o teria manifestado, como sempre manifestamos entre nós todas as diversidades de opiniões que muito prezamos. -----

Portanto, o balanço do estatuto da oposição no que diz respeito a esta Assembleia e no funcionamento com o Executivo penso que muito bem estaria o país se todas as Assembleias e todos os Executivos tivessem a postura que nós temos tido. Penso que estamos todos de parabéns, já sabem a minha postura nestas coisas, nunca é suficientemente bom, temos muita coisa para melhorar e penso que, nós ou os outros,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

farão a mesma coisa que é tentar aperfeiçoar estes temas dos quais de facto depende da democracia. Falamos no 25 de Abril sobre a democracia, a participação, o envolvimento e de facto se nós não criamos aos próprios atores políticos condições de participação e de envolvimento dificilmente isso também chegaria aos cidadãos. Senhora Deputada Carla Gomes, da CDU, tem a palavra. -----

A Deputada **Carla Gomes (CDU)** tomou a palavra e disse: Eu ainda quero intervir neste próprio ponto porque como diz agora este Executivo não será para o ano, mas outro que utilize e aproveite este Relatório e uma vez que o senhor Presidente não disse aqui mesmo que ia fazer esta correção, que fique ciente que não seja preciso apagar esta linha atenção, mas que seja corrigida que é para apresentar uma exatamente a democracia a funcionar como deve ser e chamando o nome correto a cada uma destas bancadas. -----

O **Presidente da AML** disse: Não havendo deputados inscritos pode-se considerar que a Assembleia Municipal tomou conhecimento da Proposta. -----

A Assembleia **tomou conhecimento** da Proposta. -----

O **Presidente da Assembleia** passou à leitura da Ata Minuta referente à sessão de hoje. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Loulé, Carlos Jorge Santos Silva Gomes, ao abrigo da legislação, faz público na continuação da Sessão Ordinária de 29 de abril de 2025 realizada em 30 de abril de 2025 e aprovada em minuta, a Assembleia tomou as seguintes deliberações: -----

- a) - Proposta da Mesa da Assembleia Municipal n.º 5-2025 [AML] - Regimento/Regulamento/Normas de funcionamento da Assembleia Municipal Jovem, após parecer favorável unanime da Conferência de Representantes, foi aprovada por unanimidade; -----
- b) - Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, foi apreciada; -
- d) - Proposta 637-2025 [DAF] - Alteração ao Quadro Plurianual Municipal /2.ª Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 2.ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 2ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 2ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, foi aprovada por maioria,

am
Aling
Al



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

com 23 votos a favor (20 PS, 2 PSD, 1 BE) e 11 abstenções (6 PSD, 2 CHEGA, 1 CDS, 1 CDU, 1 PAN); -----

e) - Proposta 638-2025 [DAF] - Assunção dos Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais, foi aprovada por maioria com 24 votos a favor (20 PS, 2 PSD, 1 BE, 1 CDS) e 10 abstenções (6 PSD, 2 CHEGA, 1 CDU, 1 PAN); -----

f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 640-2025 [DAF] - Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Loulé, foi aprovada por maioria com 29 votos a favor (20 PS, 8 PSD, 1 CDS), 3 abstenções (2 CHEGA, 1 PAN) e 2 votos contra (1 BE, 1 CDU); -----

g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 267-2025 [DAF] - Aprovar o recrutamento para o Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau, Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas e deliberar aprovar a composição do Júri do procedimento concursal para recrutamento do cargo mencionado, foi aprovada por maioria em voto secreto, com 27 SIM, 3 NÃO e 4 BRANCOS; -----

h) - Proposta 294-2025 [DSP] - PAPERSU aprovado pela APA - O Plano de Ação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 (PAPERSU 2030), foi aprovada por unanimidade; -----

i) - Proposta da Câmara Municipal n.º 435-2025 [DMADS] - Proposta de Aprovação do Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, foi aprovada por unanimidade; -----

j) - Proposta 527-2025 [DCMP] - Proposta de integração do Museu Municipal de Loulé na Rede de Museus ODS, foi aprovada por unanimidade; -----

k) - Proposta 497-2025 [GAP] - Assinatura de Memorando de Entendimento, entre o município de Loulé e o município de Safi, Marrocos, foi dado conhecimento; -----

l) - Proposta 517-2025 [DP] - Levantamento da Suspensão de Normas relativas às áreas urbanizáveis ou de urbanização programada, como tal classificadas no Plano de Urbanização de Quarteira Norte/Nordeste (PUQNNE), foi dado conhecimento; ----

m) - Proposta 583-2025 [GAP] - Certificação de Loulé como "Green Destination" pela Global Tourism Sustainable Council (GSTC) ao Município de Loulé, foi dado conhecimento; -----

n) - Proposta 616-2025 [GAP] - Relatório de Avaliação do Grau de Observância do respeito e garantias previsto no Estatuto do Direito de Oposição (Lei n.º 24/98 de 26 de maio), respeitante ao ano de 2024, foi dado conhecimento; -----

o) - Proposta 687-2025 [GAF] - 6ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Boliqueime - no valor de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

598 481,10€ (quinhentos e noventa e oito mil, quatrocentos e oitenta e um euros e dez cêntimos), foi aprovada por maioria, com 32 votos a favor (20 PS, 8 PSD, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU, 1 PAN) e 2 abstenções (CHEGA); -----

p) - Proposta 688-2025 [GAF] - 6ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Salir - no valor de 544 257,64€ (quinhentos e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e sete euros e sessenta e quatro cêntimos), foi aprovada por maioria, com 32 votos a favor (20 PS, 8 PSD, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU, 1 PAN) e 2 abstenções (CHEGA); -----

q) - Proposta 702-2025 [GAF] - 11ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Quarteira - no valor de 393 027,13€ (trezentos e noventa e três mil, e vinte sete euros e treze cêntimos), foi aprovada por maioria, com 32 votos a favor (20 PS, 8 PSD, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU, 1 PAN) e 2 abstenções (CHEGA); -----

Passou-se à votação; -----

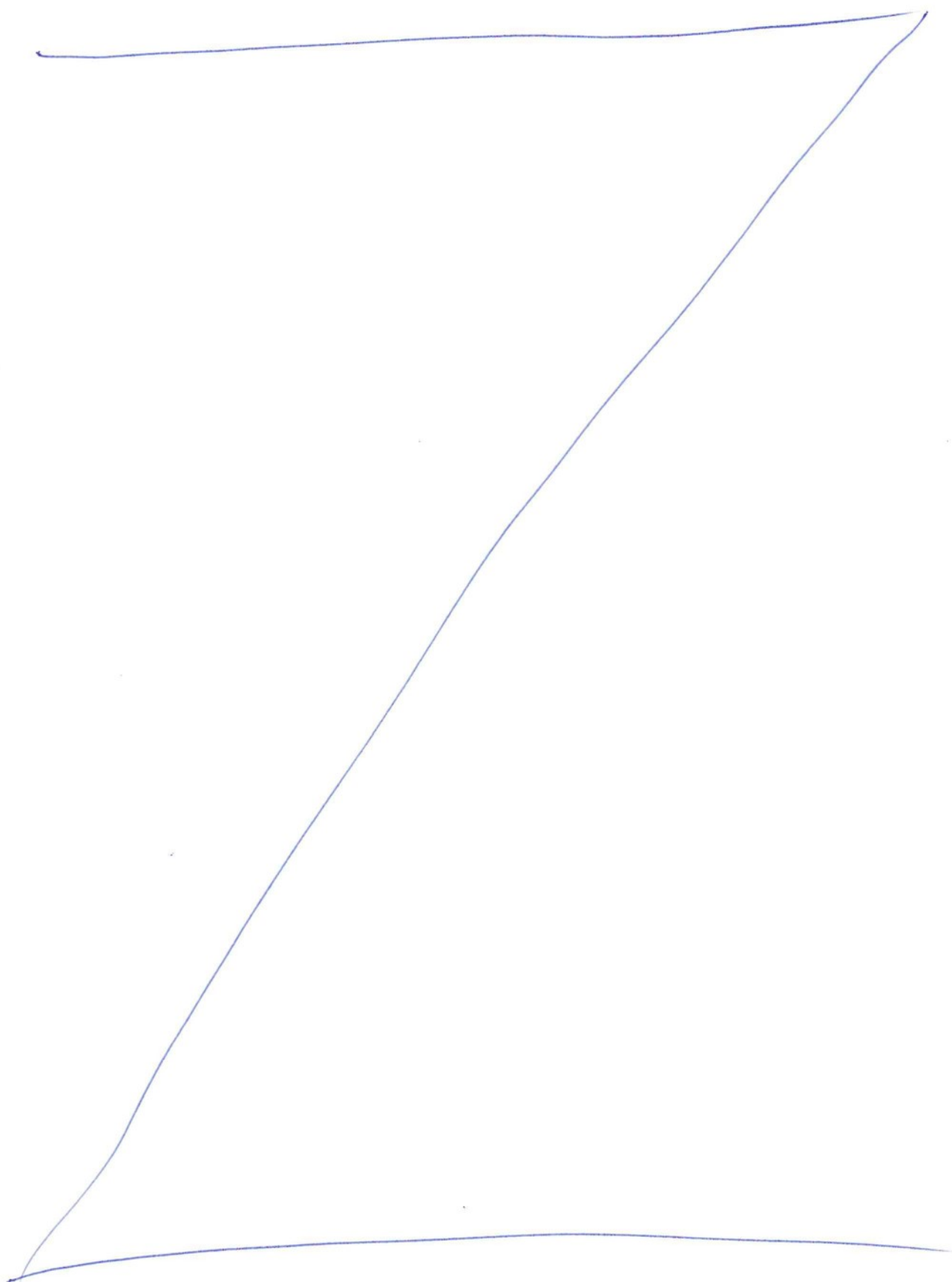
A Ata Minuta foi aprovada por unanimidade, às 23h59 do dia 30 de abril. -----

O **Presidente da Assembleia** deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata cujos documentos anexos passam a fazer parte integrante, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____



**PROPOSTA
DE
REGIMENTO/REGULAMENTO/NORMAS DE FUNCIONAMENTO
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL JOVEM DE LOULÉ**



O presente documento foi proposto pela Mesa da Assembleia e teve o parecer favorável unânime da Conferência de Representantes em reunião que decorreu em 07 de abril de 2025, para posterior apreciação e votação na Sessão Ordinária de 28 de abril de 2025, passando a constituir Anexo à Ata da CR nº 11/25 de 07 de abril de 2025.

O Presidente da Assembleia Municipal



Carlos Silva Gomes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL JOVEM DE LOULÉ

REGIMENTO/REGULAMENTO/NORMAS DE FUNCIONAMENTO

Preâmbulo

O presente Regimento/Regulamento/Normas de Funcionamento foi discutido pela comunidade escolar e deputados, tendo sido, numa primeira fase, distribuído aos Conselheiros da Cidadania, Diretores das Escolas Secundárias e do Ensino Profissional e Agrupamentos Escolares, Executivo e Conferência de Representantes.

Como questões centrais a decidir, tivemos a realização de Assembleias Municipais Jovens em escalões diferenciados, por exemplo, um escalão com elaboração das propostas por alunos do Ensino Secundário e Profissional, com alunos do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico a assistir e participar na discussão e um outro escalão com elaboração das propostas por alunos do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e alunos dos últimos anos do 1º Ciclo a assistir e participar na discussão. Procurou-se uma forma de ir entrosando os mais novos nas dinâmicas de discussão e participação.

Outra questão que importava definir era a forma de eleição dos alunos nos diversos escalões... No secundário, pensou-se que seria vantajosa a eleição para a Assembleia Municipal Jovem em simultâneo com a eleição para o Parlamento dos Jovens, embora em listas separadas. Importava que esta matéria fosse ser definida em função do menor transtorno possível, quer em relação às atividades letivas, quer em relação às outras atividades não letivas já em curso nas escolas.

Um outro assunto que teve de ser definido, foi a distribuição do número de Deputados Jovens a eleger por cada Escola, Agrupamento ou Ciclo de ensino, por forma a garantir a maior proporcionalidade possível. Também aqui a comunidade escolar e o Pelouro da Educação tiveram uma palavra importante a dizer.

Pensa-se também ser fundamental a designação de professores para o projeto Assembleia Municipal Jovem em cada uma das Escolas e Agrupamentos escolares.

A Assembleia Municipal Jovem de Loulé pretende ser uma iniciativa da Assembleia Municipal de Loulé, com o apoio da Câmara Municipal, em colaboração com as Escolas Secundárias, Escolas Profissionais e Agrupamentos de Escolas de todo o Município.

A participação nos desígnios do Município é um direito e um dever dos seus cidadãos, que não só não pode, como não deve excluir os mais jovens, como também tudo deve fazer para os envolver nos processos de cidadania.

A Assembleia Municipal Jovem será um espaço de reflexão e debate entre jovens, servindo como reforço democrático e sustentando-se numa real implementação de políticas orientadas para as necessidades dos mais jovens cidadãos do Município de Loulé.

Este será um espaço que permitirá que os jovens possam expor as suas ideias no presente e para o futuro, assim como partilhar problemas, encontrando soluções comuns para os mesmos.

INDICE

| | |
|--|----|
| Artigo 1.º Objetivos | 4 |
| Artigo 2.º Constituição da Assembleia Municipal Jovem e Mandato dos seus Membros | 4 |
| Artigo 3.º Eleição dos Membros da AMJ | 5 |
| Artigo 4.º Competência da Mesa da Assembleia | 5 |
| Artigo 5.º Deveres dos Membros da AMJ | 6 |
| Artigo 6.º Direitos dos Membros da AMJ | 6 |
| Artigo 7.º Perda e Renúncia de Mandato | 6 |
| Artigo 8.º Periodicidade das Reuniões | 6 |
| Artigo 9.º Período Antes da Ordem do Dia (PAOD) | 7 |
| Artigo 10.º Período da Ordem do Dia (POD) | 7 |
| Artigo 11.º Período de Intervenção do Público (Alunos e Jovens do Município) | 7 |
| Artigo 12.º Uso da Palavra | 8 |
| Artigo 13.º Ordem no Uso da Palavra | 8 |
| Artigo 14.º Modo de Usar a Palavra | 8 |
| Artigo 15.º Voto | 8 |
| Artigo 16.º Deliberações | 9 |
| Artigo 17.º Atas | 9 |
| Artigo 18.º Caráter Público das Reuniões | 9 |
| Artigo 19.º Proteção de Dados | 9 |
| Artigo 20.º Casos Omissos | 10 |
| Artigo 21.º Norma Transitória Anos Letivos 2023/2024 e 2024/2025 | 10 |



Artigo 1.º

Objetivos

A Assembleia Municipal Jovem (AMJ) tem como objetivos:


- a) Sensibilizar os jovens para as questões do poder local, designadamente no âmbito das suas atribuições e competências da administração local e do funcionamento dos órgãos do Município: Câmara Municipal e Assembleia Municipal;
- b) Proporcionar aos jovens a experiência de participação em processos eleitorais e de discussão democrática;
- c) Desenvolver e aprofundar o espírito de participação cívica e política no seio da comunidade escolar;
- d) Aproximar os jovens dos eleitos locais;
- e) Incentivar o interesse dos jovens pela participação cívica na definição das políticas municipais;
- f) Realçar a importância do contributo dos jovens para a resolução de problemas de âmbito local, dando-lhes voz junto dos órgãos municipais;
- g) Contribuir para a formação dos jovens, através do desenvolvimento integral da sua personalidade e formação de carácter;
- h) Promover capacidades de argumentação no debate e defesa das ideias entre pares, com respeito pelos valores de tolerância, convivência democrática e da formação das decisões por vontade da maioria;
- i) Dar a conhecer os órgãos locais de tomada de decisão, bem como os seus intervenientes, promovendo o diálogo estruturado entre jovens e os responsáveis pelas políticas locais;
- j) Motivar e desenvolver, nos jovens, competências para o exercício de uma cidadania ativa e responsável, valorizando a sua participação informada, na defesa dos seus direitos e na assunção dos seus deveres como cidadãos;
- k) Demonstrar a importância da intervenção dos jovens para a resolução de questões que afetam o seu presente e futuro, individual e coletivo;
- l) Estimular a formação política e cívica dos jovens, por meio de atividades que os levem a compreender melhor a organização dos Poderes, especialmente do Poder Local, e a importância da sua participação;
- m) Promover a cidadania participativa nas crianças e nos jovens.

Artigo 2.º

Constituição da Assembleia Municipal Jovem e Mandato dos seus Membros

1. São membros da Assembleia Municipal Jovem de Loulé (AMJ):

- a) O Presidente da Assembleia Municipal, que é por inércia o Presidente da AMJ;
- b) Os Deputados Municipais Jovens, eleitos entre os alunos do 1.º, 2.º e do 3.º Ciclos do Ensino Básico e os alunos do Ensino Secundário e Profissional do Município da seguinte forma:
 - 1) Alunos do Ensino Secundário e do Ensino Profissional do Município;
 - 2) Alunos de cada nível de ensino (do 1.º Ciclo, do 2.º e do 3.º Ciclo do Ensino Básico);

- 
2. Participam também na Assembleia Municipal Jovem:
 - a) O Executivo Municipal, constituído pelo seu Presidente e Vereadores;
 - b) Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal;
 - c) Um representante de cada Grupo Municipal da Assembleia;
 3. Em caso de justo impedimento para estar presente, o Presidente da Câmara, poderá fazer-se substituir pelo seu substituto legal;
 4. A distribuição do número de Deputados Jovens a eleger por cada Escola, Agrupamento ou Ciclo de ensino, por forma a garantir a maior proporcionalidade possível, é a constante no **Anexo A** ao presente Regimento, devendo a sua atualização ser feita no início de cada ano letivo pela Mesa da Assembleia Municipal e pela Divisão de Educação da Câmara Municipal em conformidade com o número de alunos de cada estabelecimento nesse ano letivo.
 - a) O mandato tem início após a eleição dos alunos, que será previsivelmente no início de cada ano letivo, sendo a sua duração de 1 ano;
 - b) Cada aluno eleito tem o limite de dois mandatos consecutivos no mesmo escalão.
 5. Os membros das constantes nas alíneas 2. b) e 2. c) podem usar da palavra a convite da mesa, com tempo a definir pela mesma.
 6. A Assembleia Municipal Jovem reúne em duas sessões ordinárias anuais, uma para cada um dos seguintes escalões:
 - a) Um escalão com elaboração das propostas por alunos do Ensino Secundário e Profissional, com alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico a assistir e participar na discussão;
 - b) Um escalão com elaboração das propostas por alunos do 3º Ciclos do Ensino Básico e alunos do 1º e 2º Ciclos a assistir e participar na discussão.

Artigo

3.º Eleição dos Membros da AMJ

A forma de eleição para os Deputados da AMJ é definida pelos estabelecimentos escolares, podendo decorrer de forma autónoma, em simultâneo com a eleição para o Parlamento dos Jovens (AR), embora em listas separadas, ou pelos Delegados de Turma do respetivo escalão, entre si, devendo ser acompanhadas, sempre que possível, pelos professores coordenadores da área de Cidadania.

Artigo 4.º

Competência da Mesa da Assembleia

1. A Mesa da Assembleia é constituída pelo Presidente da Assembleia Municipal e dois Secretários, eleitos de entre os jovens deputados das escolas, garantindo a paridade de género;
2. Compete ao Presidente da Assembleia Municipal dirigir os trabalhos e assegurar a ordem dos debates, com isenção;
3. Os Secretários prestam apoio ao Presidente na condução dos trabalhos;
4. A eleição dos secretários da Mesa é efetuada por escrutínio secreto na primeira reunião da AMJ para o respetivo ano letivo em causa, podendo ser feita nas reuniões preparatórias da AMJ;

5. A Mesa deve anunciar, no início da Sessão, todas as regras que vai seguir para uma gestão eficaz da agenda;
6. Compete à mesa admitir ou rejeitar propostas, moções, reclamações, requerimentos, protestos e pedidos de esclarecimento.

Artigo 5.º

Deveres dos Membros da AMJ

Constituem deveres dos membros da AMJ:

- a) Comparecer às reuniões preparatórias;
- b) Participar nos debates e votações;
- c) Respeitar a dignidade da Assembleia e dos seus membros;
- d) Observar a ordem e a disciplina e acatar a autoridade do Presidente.

Artigo 6.º

Direitos dos Membros da AMJ

Constituem direitos dos membros da AMJ:

- a) Participar nas discussões e votações;
- b) Apresentar propostas, reclamações e protestos;
- c) Propor alterações ao Regimento da Assembleia Municipal Jovem;
- d) Ter as faltas justificadas, para efeitos da participação nas Assembleias Municipais Jovens.

Artigo 7.º

Perda e Renúncia de Mandato

1. A falta de um membro à reunião de Assembleia Municipal Jovem, que não devidamente justificada, implica a perda de mandato;
2. A perda de mandato por parte de um membro da AMJ implica a sua substituição pelo elemento seguinte mais votado, eleito no ciclo de ensino em questão, ou do Secundário, ou do Profissional, da escola a que pertence;
3. Os alunos eleitos como membros da AMJ gozam do direito de renúncia ao respetivo mandato a exercer, mediante apresentação de manifestação dessa vontade, a qual deverá ser devidamente justificada;
4. A pretensão é apresentada por escrito e dirigida ao Presidente da AMJ;
5. A convocação do Membro substituto compete ao respetivo estabelecimento de ensino e tem lugar no período que medeia entre a comunicação da renúncia e a primeira reunião que a seguir se realizar.

Artigo 8.º

Periodicidade das reuniões

1. A Assembleia Municipal Jovem reúne, no mínimo, numa sessão ordinária anual por cada escalão e, no máximo, em duas sessões ordinárias anuais por cada escalão;



2. A convocação das reuniões da AMJ é da responsabilidade do Presidente da Assembleia Municipal, devidamente articulada com o pelouro da educação da Câmara Municipal e com os Diretores das Escolas e Agrupamentos Escolares;
3. Em situações que o justifiquem, poderão ser convocadas sessões extraordinárias, ou temáticas.
4. A convocação das Sessões deve ser realizada com a antecedência de pelo menos quinze dias úteis;
5. Da convocatória constarão todos os assuntos a serem debatidos e postos a votação.

Artigo 9.º

Período Antes da Ordem do Dia (PAOD)

1. O PAOD é destinado a declarações sobre assuntos de interesse geral e relacionados com o concelho, com a duração máxima de trinta minutos;
2. O uso de palavra aos membros é dado pela Mesa, no respeito pela alternância dos estabelecimentos de educação presentes;
3. Cada membro tem três minutos para a sua declaração;
4. O Executivo disporá de 10 minutos para resposta aos assuntos colocados.

Artigo 10.º

Período da Ordem do Dia (POD)

1. O POD destina-se a debater os assuntos para os quais a Assembleia Municipal Jovem é convocada, de acordo com o tema definido anualmente para debate;
2. Os assuntos a debater nas sessões da AMJ são propostos pelos seus membros, ao Presidente da Assembleia Municipal, nos trinta dias que antecedem a realização da reunião.
3. Cada proponente intervém, numa primeira fase, para apresentação da sua proposta e dispõe, no máximo, de cinco minutos;
4. Posta a Proposta a discussão, os membros dispõem de um período máximo de trinta minutos para debate do tema em apreço, repartido da seguinte forma:
 - a) 5 minutos para o Executivo se pronunciar;
 - b) 10 minutos para intervenções, ou perguntas, quer aos proponentes, quer ao Executivo (minuto e meio, no máximo, por pergunta);
 - c) 5 minutos para as respostas (um minuto, no máximo, por resposta);
 - d) Votação
5. A palavra é concedida pela ordem de entrada na Mesa, devendo respeitar-se a ordem de inscrição;

Artigo 11.º

Período de Intervenção do Público (Alunos e Jovens do Município)

1. O Período de Intervenção do Público destina-se a intervenções de outros Alunos e Jovens do Município para apresentação de assuntos à Assembleia Municipal Jovem;
2. O Período de Intervenção do Público tem a duração máxima de trinta minutos;



3. Os Alunos e Jovens interessados em intervir, terão de fazer antecipadamente a sua inscrição, referindo nome e assunto a tratar.
4. O Executivo disporá de 10 minutos para resposta aos assuntos colocados.

Artigo 12.º

Uso da Palavra

A palavra é concedida aos membros da AMJ para:

- a) Tratar de assuntos da Ordem do Dia;
- b) Participar nos debates;
- c) Fazer perguntas à Mesa ou aos elementos do Executivo Municipal sobre qualquer assunto;
- d) Proceder e responder a pedidos de esclarecimento;
- e) Fazer requerimentos;
- f) Fazer protestos e contraprotestos;
- g) Apresentar Moções;
- h) Produzir declarações de voto;
- i) Defesa da Honra.

Artigo 13.º

Ordem no Uso da Palavra

1. A Mesa concede a palavra no respeito pela regra de alternância, quer dos membros, quer dos estabelecimentos de ensino;
2. A Mesa deve dar prioridade no uso da palavra ao membro que ainda não fez uso dela;
3. As intervenções não podem ultrapassar os 5 minutos.

Artigo 14.º


Modo de usar a palavra

1. No início do uso da palavra os membros cumprimentam o Presidente da Assembleia, o Presidente da Câmara, a restante Assembleia e o Público presente;
2. O orador não pode ser interrompido sem o seu consentimento, não sendo, porém, consideradas interrupções as vozes de concordância ou análogas;
3. O orador pode ser avisado pelo Presidente que o seu tempo foi esgotado;

Artigo 15.º

Voto

1. Cada membro tem um voto, que pode ser a favor, contra ou abstenção;
2. Nenhum membro presente pode deixar de votar;
3. Os membros votam, de braço no ar, de acordo com indicação dada pelo Presidente;

- 
4. Quando se tratar de eleições nominais, as votações serão realizadas por voto secreto, em urna;
 5. Não é admitido voto por procuração ou por correspondência.

Artigo 16.º

Deliberações

1. As deliberações das reuniões da AMJ serão publicadas em Edital e enviadas ao Presidente da Câmara Municipal e ao Presidente da Assembleia Municipal, que as agendarão para à Reunião de Câmara e para conhecimento em sessão plenária da Assembleia Municipal;
2. Das deliberações será dado conhecimento às Escolas e Agrupamentos Escolares do Município, com pedido de difusão pelo Conselho de Escola, Associações de Pais e Encarregados de Educação e Associações de Estudantes.
3. As deliberações serão apresentadas por um deputado da AMJ à Reunião de Câmara e à Sessão da Assembleia Municipal, o qual é eleito entre os seus pares, na Sessão em que as deliberações foram aprovadas.

Artigo 17.º

Atas

1. De cada Sessão é lavrada uma ata, com base em suporte de gravação vídeo, que poderá ser a descrição textual de tudo o que foi dito, ou conter apenas um resumo do que de essencial se tiver passado na mesma, indicando, designadamente, a data e local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e resultado das respetivas votações;
2. As atas serão elaboradas pelo Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal com o apoio da Mesa da Assembleia e dos Secretários da AMJ;
3. As atas serão remetidas para distribuição pelos Deputados Municipais Jovens e pela a Comunidade Escolar; enviadas ao Presidente da Câmara e Vereadores e Deputados Municipais e colocadas no portal da Assembleia Municipal.

Artigo 18.º


Caráter público das Reuniões

Compete às direções das Escolas Secundárias, Profissionais e dos Agrupamentos Escolares assegurar a devida e legal autorização para a recolha de som e imagem dos participantes nas Assembleias Municipais Jovens.

Artigo 19º

Proteção de Dados

As Sessões da Assembleia Municipal Jovem de Loulé são públicas e difundidas on-line no site da Assembleia Municipal, após concordância da Conferência de Representantes, devendo ser acauteladas as autorizações para a recolha de som e imagem dos participantes.



Artigo 20º

Casos omissos

As omissões e as dúvidas que surjam na interpretação deste documento serão resolvidas por deliberação da mesa da Assembleia Municipal, sempre que possível com a participação dos Secretários da Assembleia Municipal Jovem.

Artigo 21º

Norma transitória anos letivos 2023/2024 e 2024/2025

1. Nos anos letivos 2023/2024 e 2024/2025 não se procederá ao processo de eleição dos alunos para a constituição da AMJ, por não ter sido possível fazê-lo em tempo;
 2. Assumiram as funções de deputados municipais nas Assembleias Municipais Jovens destes anos letivos, Delegados de Turma, alunos que participam no projeto MyPolis nas Escolas – Conselheiros da Cidadania de Loulé, envolvendo a Escola Secundária de Loulé, a Escola Secundária Dr.ª Laura Aires e a Escola Profissional Cândido Guerreiro tendo também assistido e participado na discussão alunos dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico dos Agrupamentos de Escolas do Município, tendo algumas destas turmas sido também abrangidas pelo referido Projeto neste último ano letivo.
- 